



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA  
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# **Ter o Mundo em Casa: A Multiculturalidade no Acolhimento Residencial de Crianças dos 0 aos 5 Anos**

**Mariana Santos Carvalho**

**Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Educação Social,  
Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, orientado pela Professora Doutora Maria  
Filomena Ribeiro Fonseca Gaspar**

**julho de 2023**

“A nossa esperança reside na novidade que cada nova geração traz consigo.”

- Hannah Arendt

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero começar por me agradecer a mim mesma. Por ter tido a coragem de seguir os meus sonhos, mesmo que por vezes contra a corrente, e nunca desistir deles, culminando assim neste relatório, que marca o fim de mais um caminho.

Aos meus pais, que mesmo nem sempre compreendendo, deixaram que seguisse a minha intuição desde o início e escolhesse aquilo que o meu coração dizia ser o caminho certo.

Ao meu namorado, Bruno, que esteve todos estes anos ao meu lado a encorajar e a aplaudir todos os meus passos, sempre impulsionando-me para querer mais e melhor de mim, porque, por vezes até melhor que eu, sabia que eu era capaz.

À família e amigos com quem partilhei conquistas e alegrias, mas também preocupações e tristezas.

A todos os professores que fizeram parte deste percurso académico, ajudando a perceber a minha vocação e os melhores caminhos a seguir. Um agradecimento especial à Professora Maria Filomena Gaspar, por desde o início acreditar em nós e nas nossas capacidades, mesmo quando somos as primeiras a duvidar. Por se orgulhar de nós e por nos validar a cada passo que damos na nossa vida académica e profissional, deixando-nos expressar os nossos medos e ansiedades, tendo sempre palavras “de colo” para nos confortar.

Um “obrigada” igualmente especial à equipa técnica do Ninho dos Pequenitos, Dr<sup>a</sup> Ana Luísa, Dr<sup>a</sup> Sílvia e Dr<sup>a</sup> Madalena, por nos fazerem sempre sentir parte da Casa, serem a alegria, mas também o exemplo de profissionalismo que são para quem quer que se cruze no seu caminho. À Dr<sup>a</sup> Ana Luísa, como minha orientadora local, um obrigada ainda maior por não se contentar com apenas o “bom” e querer sempre que eu faça o melhor que consigo, chamando-me sempre à atenção para o detalhe.

Por último, um agradecimento particular ao meu avô, que embora nos tenha deixado repentinamente pouco antes de iniciar o meu estágio, conseguiu deixar a sua marca no meu percurso académico, dando-me o privilégio de realizar um trabalho sobre a sua história de vida, meses antes da sua partida.

A todos vocês, um muito obrigada.

## Resumo

A psicologia diz-nos que a infância tem uma influência decisiva no desenvolvimento da personalidade. Ser uma criança em acolhimento residencial representa toda uma nova integração num novo espaço, que se espera que seja o mais familiar possível, mas também um ambiente terapêutico para a criança, promovendo a mudança para padrões seguros de vinculação ou a sua manutenção (Cairns, 2002, citado por Delgado, 2009).

Em 2021 habitavam em território português com estatuto legal de residente, um total de 968.536 indivíduos de nacionalidade estrangeira, números que têm aumentado constantemente desde 2015 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023). Tendo em conta estes números, é fácil concluir que Portugal está, com o passar dos anos, a tornar-se um país com uma diversidade cultural maior, aumentando com ela a necessidade de consciencializar desde cedo as crianças para esta realidade. Aliando a necessidade de desenvolver e implementar um projeto junto das crianças em acolhimento residencial no Ninho dos Pequenos, com o facto de o tema anual desse casa de acolhimento ter sido “Os Continentes”, surgiu a oportunidade ideal para que o nosso projeto decorresse em torno da questão da **multiculturalidade**. Assim sendo, surgiu o projeto Ter o Mundo em Casa, que procurou, de uma forma adequada ao nível de desenvolvimento das crianças, trazer a estas o mundo que as rodeia para mais de perto, quer seja nas pessoas, nas suas tradições, sabores e biodiversidade. O objetivo geral passou por criar uma maior consciência cultural nas crianças. Estando a residir numa Casa de Acolhimento de cariz temporário, os menores vêm-se confrontados várias vezes com a chegada de novas crianças, que podem trazer consigo uma bagagem multicultural diferente das restantes.

O projeto contou com a participação de quinze crianças acolhidas no Ninho dos Pequenos, uma Casa de Acolhimento Residencial pertencente à SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos. As crianças que participaram no projeto tinham idades compreendidas entre os dezoito meses e os cinco anos, sendo que, dependendo da dinâmica da Casa e da gestão dos próprios Projetos de Vida de cada criança, nem todos participaram em todas as sessões do projeto Ter o Mundo em Casa.

**Palavras-chave:** acolhimento residencial; multiculturalidade; crianças em perigo; projeto Ter o Mundo em Casa.

## **Abstract**

Psychology tells us that childhood has a decisive influence on personality development. Being a child in residential care represents a whole new integration in a new space, which is expected to be as familiar as possible, but also a therapeutic environment for the child, promoting the change to safe attachment patterns or their maintenance (Cairns, 2002, cited by Delgado, 2009).

In 2021, a total of 968,536 individuals of foreign nationality lived in Portuguese territory with legal resident status, numbers that have been constantly increasing since 2015 (Francisco Manuel dos Santos Foundation, 2023). Given these figures, it is easy to conclude that Portugal is, over the years, becoming a country with a greater cultural diversity, increasing with it the need to make children aware of this reality from an early age. Combining the need to develop and implement a project with the children in residential care at Ninho dos Pequenitos, with the fact that the annual theme of this foster home was "The Continents", the ideal opportunity arose for our project to take place around the issue of multiculturalism. Thus, the project *Ter o Mundo em Casa* was born, which sought, in a way appropriate to the children's level of development, to bring the world around them closer, whether in people, their traditions, flavors and biodiversity. The overall goal was to create a greater cultural awareness in children. Living in a temporary shelter, the children are often confronted with the arrival of new children, who may bring with them a different multicultural baggage from the others.

The project was attended by fifteen children hosted at Ninho dos Pequenitos, a Residential Home belonging to SORRISO - Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos. The children who participated in the project were aged between eighteen months and five years old, and depending on the dynamics of the Home and the management of each child's own Life Projects, not everyone participated in all sessions of the *Ter o Mundo em Casa* project.

**Keywords:** residential care; multiculturalism; children at risk; *Ter o Mundo em Casa* project.

## Índice

Introdução.....	8
Capítulo 1. O Acolhimento Residencial.....	10
1.1. A Convenção sobre os Direitos da Criança .....	11
1.2. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo .....	11
1.3. O Acolhimento Residencial como forma de proteção à criança.....	14
1.4. O Acolhimento Residencial em Portugal .....	21
Capítulo 2. SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos .....	24
2.1. Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos.....	25
2.2. Ninho dos Pequenitos .....	26
2.2.1. As instalações.....	26
2.2.2. As crianças acolhidas .....	28
2.2.3. A equipa .....	29
2.2.4. O acolhimento das crianças e a sua integração .....	30
Capítulo 3. Projetos de Vida – 3 caminhos diferentes.....	33
3.1. Os diferentes Projetos de Vida .....	34
3.1.1. (Re)integração no seio familiar.....	34
3.1.2. Adoção .....	34
3.1.3. Permanência em acolhimento residencial .....	35
Capítulo 4. A Multiculturalidade no Acolhimento Residencial .....	37
4.1. O tema do Ninho dos Pequenitos no ano 2023 .....	38
4.2. Participantes .....	39
4.3. Planificação .....	39
4.4. Execução das Atividades .....	40
4.4.1. América do Norte.....	40
4.4.2. América do Sul .....	40
4.4.3. Antártida .....	41
4.4.4. Europa.....	42
4.4.5. África .....	42
4.4.6. Ásia .....	43
4.4.7. Austrália.....	44
4.4.8. O Mundo .....	44
4.5. Avaliação das atividades .....	45
4.6. Reflexão Crítica .....	49
Capítulo 5. Outras Atividades desenvolvidas na Casa .....	51
5.1. Atividades/eventos lúdicas/os.....	52

5.1.1. Atividades de expressão plástica.....	52
5.1.2. Cartas ao Pai Natal.....	52
5.1.3. Festa de Natal.....	53
5.1.4. Festas de aniversário.....	53
5.2. Intervenção técnica.....	53
5.2.1. Admissão e acolhimento.....	54
5.2.2. Avaliações diagnósticas.....	54
5.2.3. Plano sócio educativo individual.....	55
5.2.4. Relatórios de acompanhamento.....	55
5.2.5. Avaliações de desenvolvimento das crianças.....	55
5.2.6. Reuniões com as equipas da EMAT.....	56
5.2.8. Reuniões nas creches/infantários.....	57
5.2.9. Relatórios de adoção.....	57
5.2.10. Livros de Vida.....	57
5.2.11. Plano de Preparação da Criança para a Adoção.....	57
5.2.12. Reuniões relativas ao processo de adoção/aproximação.....	58
5.2.13. Conferências/debates judiciais.....	58
5.3. Reflexão.....	59
Considerações Finais.....	60
Referências Bibliográficas.....	61
Anexos.....	65

## Introdução

O Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, apresenta no segundo ano do seu plano de estudos a unidade curricular denominada *estágio*. Este estágio curricular tem um cariz pré-profissional, sendo um espaço privilegiado na aprendizagem, construção de identidade e perfil profissional do/a mestrando/a (Conselho Pedagógico, 2012). Durante o decorrer do estágio, espera-se que o/a estagiário/a aumente as suas potencialidades, explorando três vertentes: 1) desenvolvimento do seu conhecimento e competências; 2) articulação de conhecimentos; e 3) desenvolvimento de maturidade pessoal e profissional (Conselho Pedagógico, 2012).

Na sequência da unidade curricular referida, surge o presente relatório, com o objetivo de relatar, refletir e documentar o trabalho desenvolvido ao longo da mesma. As atividades foram realizadas num contexto privilegiado no sentido da aprendizagem do que é, e quais as funções, de facto, de um Educador Social num contexto de acolhimento residencial de crianças: uma Casa de Acolhimento Residencial (CAR).

Relativamente às especificidades do estágio em questão, este foi realizado no Ninho dos Pequenitos, uma CAR pertencente à SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, tendo sido orientado pela Professora Doutora Maria Filomena Gaspar, em articulação com a Dra. Ana Luísa Dinis, orientadora cooperante e Educadora Social no Ninho dos Pequenitos.

O presente relatório, intitulado *Ter o Mundo em Casa: A Multiculturalidade no Acolhimento Residencial de Crianças dos 0 aos 5 Anos*, tem como objetivo apresentar e refletir sobre o trabalho desenvolvido ao longo dos oito meses em que fomos estagiárias na referida CAR, quer seja nas tarefas rotineiras do dia-à-dia da equipa técnica de uma Casa de Acolhimento, quer em tarefas mais específicas e pontuais. Será ainda abordado o nosso contributo mais pessoal, na forma de um projeto implementado com as crianças da referida instituição.

Neste contexto, este relatório divide-se num total de cinco capítulos onde estarão inseridos diferentes tópicos. O capítulo 1, intitulado “O Acolhimento Residencial”, faz o enquadramento teórico legislativo, apresentando ainda a realidade do acolhimento em Portugal na faixa etária abrangida pelo Ninho dos Pequenitos.



O capítulo 2, com o nome “SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos”, pretende dar a conhecer a Associação que possui a tutela do Ninho dos Pequenitos, caracterizando a mesma e a pertinência da sua criação.

O capítulo 3, designado “Projetos de Vida – três caminhos diferentes”, aborda o caminho que é definido para as crianças, de modo a ser-lhes atribuído um Projeto de Vida que irá decidir o seu futuro, sempre com base no que se julga, à luz do momento, ser o superior interesse da criança.

No capítulo 4, intitulado “A Multiculturalidade no Acolhimento Residencial”, é apresentado o projeto que desenvolvemos e implementámos com as crianças, explicando o que motivou a sua escolha e a pertinência do mesmo junto do público em questão. Irão ser descritas as diferentes fases do processo, incluindo os participantes, a planificação, a execução das atividades, a avaliação das mesmas e, por último, a reflexão crítica sobre o decorrer dessas atividades.

Já no capítulo 5, designado “Outras Atividades Desenvolvidas na Casa”, são apresentadas, tal como o nome do capítulo indica, as outras atividades desenvolvidas no Ninho dos Pequenitos durante o nosso estágio, quer sejam atividades/eventos de carácter lúdico, ou atividades de intervenção técnica inerentes ao funcionamento da CAR. Este capítulo termina ainda com uma reflexão sobre as referidas atividades.

Iremos também apresentar as considerações finais, onde faremos uma reflexão acerca do nosso percurso na instituição, tanto ao nível das aprendizagens adquiridas como do trabalho efetuado, fazendo uma apreciação global sobre nosso desempenho durante a realização do estágio curricular e deixando recomendações e sugestões para garantir a sustentabilidade do projeto que desenvolvemos.

Este relatório incluiu ainda a lista de referências bibliográficas usadas, alinhadas com as normas da *American Psychological Association* (APA), mais especificamente a 7ª edição da mesma. Por fim, serão ainda incluídos no final do relatório os Anexos que considerámos importante incluir para uma melhor ilustração do trabalho realizado ao longo do estágio curricular.

## **Capítulo 1. O Acolhimento Residencial**

### **1.1. A Convenção sobre os Direitos da Criança**

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em vigor em Portugal desde setembro de 1990, vem finalmente reconhecer a criança enquanto “sujeito de direitos” (ISS, 2022).

Logo no 3º artigo da referida CDC, é mencionado que qualquer decisão que seja tomada por uma instituição de proteção social, quer seja ela pública ou privada, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão sempre como principal foco o superior interesse da criança (ONU, 1989). Ainda no mesmo artigo é dito que cabe às instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças ao seu cuidado, garantir e assegurar a proteção das mesmas, nos domínios tanto da segurança, como da saúde, garantindo a qualificação do seu pessoal e uma adequada fiscalização (ONU, 1989).

É, no artigo 9º, mencionado que uma criança só é separada dos seus pais contra a vontade destes se esta decisão se mostrar necessária por negligência dos progenitores no cuidado à criança (ONU, 1989). No caso da existência de tratamento negligente, cabe aos Estados Partes, segundo o artigo 19º, tomar as medidas adequadas à proteção da criança. Estas medidas devem incluir processos eficazes para a existência de programas destinados a garantir o apoio necessário às crianças que deles necessitem (ONU, 1989).

Segundo o artigo 20.º da CDC, o acolhimento residencial é a última oportunidade de proteção e assistência que o Estado possui para garantir o desenvolvimento integral da criança, tendo sempre em conta o superior interesse da mesma (ONU, 1989). No entanto, é de referir ainda que no artigo 25º é referido que, qualquer criança que tenha sido sujeita a uma medida de colocação num estabelecimento pelas autoridades competentes, tem o direito a ver a sua medida ser revista periodicamente (ONU, 1989).

### **1.2. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**

Em 1911, nasce em Portugal a primeira lei de infância e juventude em situação de institucionalização, a Lei de Proteção à Infância, que vem reconhecer a criança como sujeito com direitos (Dias, 2019).

Já em 1999, nasce então a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, sendo o seu propósito principal “(...) a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”, afirmação constante no artigo 1º. Segundo a

mesma lei, considera-se que uma criança ou jovem se encontra em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

É ainda no ano da criação da LPCJP que é aprovada a Lei Tutelar Educativa, aplicada a menores com idades compreendidas entre os doze e os dezasseis anos que cometam um crime, sendo-lhes aplicada a medida tutelar, que visa a educação do menor para o direito e a sua inserção na comunidade (Lei n.º166/99, de 1999).

É no artigo 58º da LPCJP que podemos ver contemplados os direitos das crianças e jovens em situação de acolhimento, mas apenas em 2015 esta Lei veio dar força à aplicação destes mesmos direitos, dando à criança e jovem a possibilidade de serem ouvidos e participar ativamente, sempre em função do seu discernimento, em todos os assuntos que a envolvem (ISS, 2022).

A LPCJP considera que, as crianças que acabam em acolhimento residencial, são as quem não restou uma alternativa diferente, e deverão ter asseguradas o seu direito ao pleno desenvolvimento, tanto físico, como psicológico (Silveira, 2009).

No entanto, esta lei foi sendo alvo de alterações ao longo dos anos. A primeira alteração deu-se em 2003, com a Lei n.º31/2003, de 22 de agosto, que veio realizar alterações ao código civil, fazer revogações na LPCJP, alterações e aditamentos no Decreto-Lei n.º185/93, de 22 de maio e alterações na organização tutelar de menores (Lei n.º31/2003, de 2003).

A LPCJP só voltaria a sofrer alterações doze anos depois, com a Lei n.º142/2015, de 8 de setembro, onde foram modificados vários artigos, sendo a maior atualização até à data. É definido um modelo de intervenção a aplicar junto das crianças e jovens, que é concretizado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), estimulando o estabelecimento de redes de desenvolvimento social (Lima, 2016).

No que diz respeito às alterações feitas, destacam-se: a introdução de uma nova alínea nas situações em que se considera que a criança ou jovem se encontra em situação de perigo; a criação de um novo princípio orientador da intervenção, referente à continuidade das relações psicológicas profundas; o acréscimo à definição de “entidade” o termo “com competência em matéria de infância e juventude”; no que diz respeito à intervenção das entidades competentes, esta foi clarificada e objetivada, encontrando-se dividida por cinco pontos; por fim, no que diz respeito ao consentimento, que até então previa-se expresso e prestado por escrito pelos pais ou representantes legais da criança, a nova lei veio salvaguardar algumas situações que causavam morosidade na abertura de processos de promoção e proteção (Lima, 2016).

No que diz respeito às medidas, foram alterados aspetos como: a adoção do termo “acolhimento residencial”, ao invés do “acolhimento em instituição” usado até aí; e a revisão das medidas no prazo máximo de três meses (Lima, 2016).

Em 2017 a lei volta a sofrer alterações, com a Lei n.º23/2017, de 23 de maio, fazendo alterações em quatro artigos da lei vigente até então. Esta alteração vem, sobretudo, alargar o período de proteção até aos vinte e cinco anos, sempre que solicitado pela pessoa, e ainda se encontrem processos educativos ou de formação profissional a decorrer (Lei n.º23/2017, de 2017).

Apenas um ano depois a LPCJP volta a sofrer alterações, com a Lei n.º 26/2018, de 5 de julho, onde é regularizado o estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas (Pereira, 2023).

A última atualização até ao ano da redação deste relatório foi em 2023, com a Lei n.º 23/2023, de 25 de maio, que veio prever a retoma das medidas de acolhimento e o estabelecimento de programas de autonomização de crianças e jovens em perigo, alterando assim a LPCJP (Pereira, 2023).

### **1.3. O Acolhimento Residencial como forma de proteção à criança**

Durante muitos anos, as instituições de acolhimento tinham uma intervenção limitada, que não atendia às necessidades educativas, sociais e emocionais das crianças. Estas instituições demonstravam uma fraca relação entre o cuidador e a criança, quer seja pela falta de materiais que estimulassem a criança, como brinquedos, ou pela fraca alimentação e poucos cuidados de saúde e higiene. Os abusos verbais como físicos também eram uma constante (Barbas, 2014, citado por Silva, 2021). Com a evolução da sociedade, o acolhimento residencial foi aos poucos ganhando uma intervenção mais cuidada e direcionada às necessidades individuais de cada criança, não só ao nível das necessidades básicas, como também de afeto (Pacheco, 2010, citado por Silva, 2021). O acolhimento residencial passou a ser visto então, como, apesar de um espaço com o propósito de ser temporário, que deve promover o desenvolvimento integral das crianças que o frequentam, assegurando que cada uma tem atenção particular para responder às suas necessidades afetivas e emocionais (Del Valle, et al., 2013, citados por Silva, 2021).

A colocação de uma criança em meio de acolhimento residencial, deve ser feita com bastante sensibilidade, por profissionais que tenham em conta as necessidades de cada criança, tendo sempre em conta que não são estas que se devem adaptar ao sistema, mas sim o sistema que se deve adaptar a elas, dando resposta às suas necessidades, fazendo-a sentir-se protegida e respeitada (Gomes, 2010, citado por Silva, 2021). É importante lembrar, que, para muitas destas crianças, ser retirado de casa não implica apenas uma separação dos seus pais, mas também dos irmãos, quando estes existem (James, et al., 2008, citados por Silveira, 2009) e da família alargada e das suas redes de suporte informal (e.g., grupo de pares) e formal (e.g., escola).

Aspetos como a construção da identidade, que dizem respeito a características individuais, reconhecimento e compreensão das competências e dificuldades próprias, são aspetos que, para crianças em tão tenra idade, ainda não se encontram construídos, pois a noção que têm do “eu” pode ser muito influenciada, tanto para o bem como para o mal, pela forma como os seus cuidadores e os seus pares as reconhecem (Silva, 2021). Desse modo, é importante trabalhar com elas a construção da autoestima, valorizando-as, respeitando-as e estimulando-as nesse sentido, apoiando assim “as relações e interações no grupo, para que todas as crianças se sintam aceites e as suas diferenças consideradas como contributos para enriquecer o grupo e não como fonte de discriminação ou exclusão” (DGE, 2016, p.34, citado por Silva, 2021).

Para que uma criança seja capaz de ser autônoma, tem de significar que esta é, igualmente, interdependente, no entanto, para que isto seja possível, é necessário que a mesma tenha uma rede de suporte (Pinheiro, 2021).

No entanto, através da investigação, é possível perceber que as crianças que vivenciam experiências de retirada da família de origem têm tendência a apresentar maiores problemas ao nível emocional e do comportamento, como por exemplo, hiperatividade e pouca capacidade de socialização (Roy et al., 2000, citados por Silveira, 2009). Mas estes não são os únicos problemas subjacentes a estas crianças, podendo ainda acrescentar os problemas de vinculação, baixa autoestima e problemas de desenvolvimento a vários níveis (Roy et al., 2000, citados por Silveira, 2009). Estima-se que uma criança institucionalizada tenha um atraso no desenvolvimento de cerca de seis meses, em comparação com uma criança inserida no meio natural de vida (Ferreira, 2021).

Importa reter, que a tenra idade destas crianças não é fator exclusivo para virem marcadas por vivências passadas. Para algumas, o acolhimento, por melhor que ele possa ser, vem ser mais uma marca negativa no seu percurso, constituindo-se para algumas como uma experiência adversa.

As experiências adversas na infância têm demonstrado uma grande repercussão na saúde futura dos indivíduos, quer seja a curto, como a longo prazo. No caso de crianças que viveram experiências adversas, existe uma maior tendência para a criminalidade, pior desempenho escolar e maior propensão a sentimentos como a incompetência e baixa autoestima (Pedrosa, 2018).

Devemos sempre lembrar que as crianças são todas diferentes umas das outras. Na verdade, a única coisa que têm em comum é o facto de morarem numa instituição, e isso tem de se ter em conta. Não podemos deixar que percam a sua individualidade (Gaspar, 2020).

Cada pessoa é afetada de modo significativo pelo ambiente que a rodeia (Pinheiro, 2021), e o acolhimento residencial implica, para muitas destas crianças, se não todas em algum momento, a exploração de novos espaços, como a rua, o bairro, o parque, etc, e também implica fazer novos amigos, quer seja dentro da casa de acolhimento, ou na escola e vizinhança (Delgado, 2009). Num local desconhecido, a criança vai ser confrontada com novos espaços de identificação (Caballo et al., 1996, citado por Delgado, 2009). Para que a criança se desenvolva então na sua plenitude, é necessária “a participação em atividades progressivamente mais complexas, numa base regular durante um extenso período de tempo

de vida de uma criança, com uma ou mais pessoas com que a criança desenvolve uma forte e mútua vinculação, e que estão empenhadas no desenvolvimento e no bem-estar da criança, de preferência para a vida” (Brofenbrenner, 2005, p.9, citado por Delgado, 2009).

Todo o Ser em desenvolvimento possui um ritmo de crescimento específico, que vai depender tanto da sua idade, como do nível de competências adquiridas anteriormente. Assim sendo, deve-se dar especial importância aos primeiros anos de vida das crianças, pois é neste momento que elas constroem as suas bases para o futuro (OCDE, 2015, citado por Silva, 2021).

Algo igualmente importante é trabalhar a autorregulação com as crianças desde cedo. Uma criança autorregulada vai ser capaz de aprender muito mais do que uma criança desregulada, mesmo que a criança desregulada tenha um Q.I. mais elevado (Rebello, 2018).

Sempre que compreendido que a adaptação da criança ao meio não está a ser obtida da melhor forma, há que intervir nos diversos fatores que levam a este problema, procurando assegurar o seu desenvolvimento pessoal e integração social (Delgado, 2009).

A rigidez, indiferença, rejeição e a baixa capacidade de resposta dos pais das crianças em acolhimento tendem a comprometer o desenvolvimento das emoções autoconscientes das mesmas (Allesandri & Lewis, 1996; Bennet, Sullivan & Lewis, 2005; Muris & Meesters, 2014; Stuewig & McCloskey, 2005, todos citados por Sousa & Cruz, 2018). Estas crianças têm de lidar com o descontrolo deste barómetro emocional, o que pode levar a dificuldades a lidar com conflitos sociomoraes (Sousa & Cruz, 2018). Os maus-tratos vividos em idade precoce, são transformados em modelos de representação interna das interações sociais e de representação do próprio sujeito (Fuertes, 2011, citado por Marques et al., 2021), levando a tendências depressivas por parte da criança (Marques, 2006, citado por Marques et al., 2021). São também um fator negativo, uma vez que afetam significativamente a expressão emocional da criança (Rogosch et al., citado por Vale, 2012, citado por Silva, 2021). Quando existem situações de negligência, a criança irá então ativar comportamentos de procura de proximidade, com o objetivo de obter cuidados, proteção e conforto (Ainsworth, 1967, citado por Marques et al., 2021).

A colocação de crianças com menos de dois anos em acolhimento residencial, aumenta a probabilidade de estas virem a demonstrar problemas comportamentais, como por exemplo, distúrbios alimentares, fracas relações entre pares, pouca atenção, e comportamentos estereotipados (Maclean, 2003, citado por Pereira et al., 2020). Os comportamentos repetidos, como por exemplo o *rocking*, são estratégias usadas por estas crianças para se autorregularem



quando estão sozinhas (Maclean, 2003, citado por Pereira et al., 2020). Estas questões, no entanto, não se ficam apenas pela primeira infância. A investigação mostra que o acolhimento residencial e a exposição precoce a experiências adversas, se encontram associados a perturbações na vinculação durante toda a vida (Teixeira, 2012, citado por Marques et al., 2021). Tem-se vindo ainda a verificar, que o abuso emocional é difícil de detetar, podendo passar despercebido por vários anos e trazendo sérias consequências (Hardt & Rutter, 2004, citados por Pedrosa, 2018).

Atualmente, sabe-se que a vida futura das crianças que passam pelo acolhimento residencial irá depender de quão mais cedo forem identificadas as suas características, problemas e receios, de modo a serem-lhes dados os meios que as irão permitir recuperar, a tempo útil, das marcas deixadas pelas experiências vividas no pré-acolhimento (Alsgate & Stathan, 2001, citado por Rodrigues, 2018, citado por Silva, 2021).

A integração da criança na Casa de Acolhimento, a ser bem-sucedida, pode favorecer a identificação da criança com o grupo, ajudando assim no desenvolvimento da própria identidade (Ochotorena & Madariaga, 2001, citados por Silveira, 2009). Afigura-se assim importante criar um clima positivo, no qual os cuidadores criam uma relação de afeto com as crianças, tendo por base o diálogo dinâmico e a escuta ativa (Huefner, 2018, citado por Silva, 2021).

As experiências na infância são internalizadas como mapas internos, que irão permitir que a criança faça previsões e prepare respostas para lidar com os seus cuidadores. O sucesso ou fracasso da criança na obtenção de respostas por parte do cuidador vai ser assimilado, dando origem ao sentido de eficácia social e valorização pessoal da criança. Se as respostas foram inconsistentes por parte do cuidador, o sentimento de confiança e vinculação vai ficar dificultado (Marques et al., 2021).

Os cuidadores devem providenciar a estas crianças respostas sociais e emocionais de qualidade, pois, deste modo, iram influenciar de forma positiva o desenvolvimento das crianças (Mora & Matos, 2010, citado por Rodrigues, 2019, citado por Silva, 2021).

É também importante que, como cuidadores, estes se lembrem que, por vezes, temos mais poder como contexto, do que como pessoas (Pinheiro, 2021) e, para uma criança que se vê sem as únicas figuras de referência que conhece de um momento para o outro, a ligação positiva com um cuidador pode ser o ponto chave para desencadear uma vinculação significativa.

Por norma, dependendo das experiências de cada criança, estas estabelecem diferentes tipos de vinculação e que podem ser com diferentes cuidadores: na vinculação tipo insegura-evitante, por exemplo, a criança tem um comportamento de evitamento para com a figura de vinculação, não expressando desconforto na ausência da mesma e nem procurando o seu regresso; já a criança que tenha uma vinculação segura, que tem proximidade com a figura de vinculação, reage com alguma ansiedade na sua ausência e está confortável na sua presença; e a criança com vinculação insegura – ambivalente/resistente, revela ambivalência na proximidade com a figura de vinculação, tanto querendo o contacto, como evitando o mesmo (Marques et al., 2021). Os estudos dizem-nos que, as crianças em acolhimento residencial, têm uma maior tendência ao padrão de vinculação insegura, quando comparadas com crianças que estão integradas no meio natural de vida (Marques et al., 2021).

A adaptação ao acolhimento é um processo que tende a envolver afetos (Leathers, 2005, citado por Silveira, 2009), ou assim se espera. Para que a criança organize o tipo de relações de vinculação que estabelece com as figuras cuidadoras, são contabilizados alguns fatores, tais como: o tempo que a criança foi cuidada por aquela pessoa específica; a qualidade dos cuidados prestados; a carga emocional que é investida na criança; as pistas de orientação e adaptação social fornecidas; e a repetição dos encontros com essa pessoa (Colin & Cassidy, 1996, 1999, citados por Marques et al., 2021).

A discriminação entre a figura de vinculação principal e as figuras secundárias é possível a partir dos seis/sete meses da criança (Marques et al., 2021). No estabelecimento da vinculação há uma regulação mútua entre o bebé e a figura de vinculação, que irá permitir o desenvolvimento das representações mentais que irão moldar os padrões relacionais futuros (Vaughn et al., 2007; Bowlby, 1998; Sroufe, 2005, todos citados por Marques et al., 2021). Se há uma vinculação segura com a figura de vinculação, a criança cria uma base segura, vendo assim diminuir fatores como o medo ou a ansiedade, e sentindo-se segura para explorar o mundo, desenvolver-se e aprender.

Qualquer criança consegue criar vinculação, pois a vinculação não é uma característica da pessoa, mas sim das relações emocionais que estabelecem umas com as outras (Gaspar, 2022). Assim, é importante que haja um cuidado nas interações que se estabelecem com as crianças. Mesmo que em brincadeiras, por vezes estas podem causar à criança alguma desorientação. Mensagens que sejam contraditórias, como, por exemplo, “não gosto de ti”, podem confundir

a criança, pois devido à tenra idade, a criança faz uma leitura de sentido único daquilo que se diz, indo acreditar no que o adulto lhe disse (Pinheiro, 2021).

Ainda no que há vinculação em Casas de Acolhimento diz respeito, é necessário combater um problema que se verifica na sua grande maioria: a constante rotatividade de cuidadores. Um vínculo afetivo, constrói-se ao longo do tempo. O desenvolvimento da criança acolhida vai depender do padrão de vida e das transformações que vão alterando durante o acolhimento. Deste modo, se os adultos de referência destas crianças estão constantemente a mudar (e com mudar, não nos referimos à rotatividade dos turnos, mas sim à entrada e saída de novos cuidadores), torna-se cada vez mais confuso e difícil para estas crianças construírem vínculos seguros, pois, consciente ou inconscientemente, irão ter sempre na memória de que aquela pessoa a qualquer momento pode ir embora, sendo substituída por outra que não conhece, tendo que recomeçar do zero a construção de uma nova relação.

Outro facto importante quando falamos em crianças institucionalizadas é a existência de irmãos. Estima-se que dois terços das crianças em acolhimento tenham irmãos (Herrick & Piccus, 2005, citados por Silveira, 2009). Assim sendo, no caso de existirem irmãos entre as crianças acolhidas, estas relações também devem tentar ser conservadas ao máximo, pois, este tipo de relações, têm sido apontadas como as mais longas na vida do ser humano (Bank & Kahn, 1997, citados por Silveira, 2009). Irmãos podem ser uma fonte de companhia, ajuda e apoio emocional para as crianças e, no caso da existência de irmãos mais velhos, estes podem por vezes surgir na vida dos mais novos como cuidadores e modelos, compensando assim a ausência parental. A partir desta interação, as crianças podem adquirir várias competências sociais e cognitivas, que são centrais para um desenvolvimento saudável (Furman & Buhrmester, 1985, citados por Silveira, 2009). Como resultado de entrevistas qualitativas, percebeu-se que crianças que são acolhidas com os irmãos, quando comparadas com crianças que não o são, são mais felizes, têm menos ansiedade e acreditam que devem ficar juntos dos seus irmãos (Smith, 1998, citado por Silveira, 2009). O acolhimento de irmãos preserva a história familiar e a cultura destas crianças, salvaguardando ainda a sua identidade (Connor, 2005, Silveira, 2009), acalmando alguns sentimentos que possam existir, como o sentimento de abandono, perda e desamparo (Smith, 1998, citado por Silveira, 2009).

Sabe-se que, mesmo em instituições de boa qualidade e preparadas para acolher estas crianças, as crianças institucionalizadas apresentam um desenvolvimento cognitivo bastante inferior às crianças que vivem em meio natural de vida (O'Connor, 2000; Provence & Lipton,

1962; Tizard & Joseph, 1970, todos citados por Marques et al., 2021). No entanto, não é por termos conhecimento destes dados, que devemos desistir de procurar dar a estas crianças acolhidas o melhor desenvolvimento possível, através de uma intervenção com qualidade, até porque, tanto as competências cognitivas, como as socioemocionais, podem ser melhoradas durante toda a vida (OCDE, 2015, citado por Silva, 2021).

Posto isto, é aos profissionais de todas as áreas a quem cabe a responsabilidade e a proteção das crianças e jovens que, por alguma razão, se vêm privados de viver com a sua família biológica, que se pedem soluções para minimizar ao máximo as consequências negativas que as vivências que levaram ao acolhimento podem trazer, como também as consequências causadas pelo próprio acolhimento.

Diz-nos o artigo 20º da CDC, como fora referido anteriormente neste relatório, que o acolhimento é a última oportunidade que o Estado tem para proteger a criança, no entanto, até que ponto a medida de acolhimento tem de ser encarada como “a última resposta”? Por vezes, uma retirada tardia pode levar a uma maior dificuldade na intervenção, impossibilitando que a mesma seja feita de modo eficaz. É importante que, ainda mais, o acolhimento residencial seja visto também como um apoio à família, criando assim condições para que as crianças possam permanecer na sua família biológica, em segurança e com tranquilidade (PAJE, 2020).

Atualmente, acredita-se que, quanto mais rapidamente forem identificadas as características, problemas e anseios das crianças, sendo-lhes dado o acesso a meios que lhes permitam recuperar, em tempo útil, das experiências negativas, mais oportunidades estas crianças vão ter de conseguir uma vida futura de qualidade (Alsgate & Stathan, 2001, citados por Rodrigues, 2018, citado por Silva, 2021).

No que à rotatividade de cuidadores diz respeito, é essencial não só capacitar os mesmos para prestarem cuidados não só de qualidade, mas em consciência, tendo sempre em conta que aquelas crianças estão ali porque foram, de alguma forma, negligenciadas, e o que se pretendem é que a partir do momento em que deem entrada no acolhimento, tenham uma experiência o mais positiva possível. Importa também garantir que os cuidadores de casas de acolhimento se sintam valorizados e apoiados, uma vez que se trata de um trabalho que envolve não só uma elevada carga física, mas também emocional.

#### 1.4. O Acolhimento Residencial em Portugal

Portugal foi classificado como um dos países com piores resultados a nível da proteção infantil, sendo que fatores como a pobreza e o baixo nível educacional parecem ser os maiores potenciadores desta situação (Dias et al., 2015, citados por Pedrosa, 2018).

Contudo, nem tudo são más notícias, sendo que nos últimos cinco anos foi registado um crescimento de 124% de respostas especializadas, havendo mais crianças a receber acompanhamento psicológico e a diminuir os problemas de comportamento (ISS, 2022).

O Acolhimento Familiar também tem registado uma tendência crescente nos últimos anos, resposta que se afigura, em muitos casos, visivelmente preferencial ao Acolhimento Residencial, tendo em conta as suas características (ISS, 2022).

Segundo o Relatório CASA de 2021, cerca de 45% das Casas de Acolhimento em Portugal tinham mais de quinze crianças e jovens acolhidos, e cerca de 7% tinham mais de trinta. Casas de acolhimento com tão grandes dimensões vêm tornar muito difícil a criação de ambientes mais familiares e enriquecedores para quem nelas habita. Esta discrepância no acolhimento é notória, vendo-se Casas com características muito distintas umas das outras, o que, como é óbvio, irá influenciar de diferentes maneiras quem nelas habita.

No mesmo relatório podemos perceber que 70% dos motivos que estiveram na origem do acolhimento foi a “negligência”, com um total de 10.151 casos. Destes casos, o principal motivo de negligência verifica-se na “falta de supervisão e acompanhamento familiar”, com um total de 3.537 casos, ou seja, 35% (ISS, 2022).

Em alguns casos, é necessário a aplicação de um procedimento de urgência, quando se considera que aquela criança pode ter a sua vida ou integridade física e/ou psíquica em perigo, sendo necessário intervenção imediata. Em 2021, foi necessário recorrer a um total de 121 procedimentos de urgência em crianças com idades compreendidas entre os zero e os cinco anos de idade (ISS, 2022).

Em 2021, entraram no sistema de acolhimento 1.879 crianças e jovens, tendo saído do mesmo 2.214, perfazendo uma diferença de 335 entre as crianças e jovens que entraram, e as que saíram (ISS, 2022). No entanto, a 1 de novembro de 2021, encontravam-se ainda acolhidas um total de 6.369 crianças e jovens que, apesar de em ser um número elevado, é o menor valor em cinco anos, estando estes números a descer de ano para ano. No que diz respeito à faixa etária que a este relatório se comporta, o número de menores presente em acolhimento em 2021

perfazia um total de 812 crianças, 13% do total das crianças em sistema de acolhimento. Sendo ainda mais específicos, indo até ao distrito de Coimbra, morada da entidade de realização do estágio curricular que deu origem ao presente relatório, podemos verificar que se encontravam acolhidas em 2021, no distrito, um total de 43 crianças com idades compreendidas entre os zero e os cinco anos (ISS, 2022). É ainda possível verificar que nos últimos anos a situação de acolhimento dos bebés tem levado a mais saídas das Casas, podendo este dado ser positivo, na medida em que pode indicar um maior investimento e rapidez na definição e concretização dos projetos de promoção e proteção (ISS, 2022).

No que diz respeito à distribuição por sexos, a prevalência mantém-se no sexo masculino, sendo uma diferença pouco expressiva relativamente ao sexo feminino, de apenas quatro pontos percentuais. Novamente na faixa etária aqui abordada, verifica-se um total de 445 crianças do sexo masculino, e 367 crianças do sexo feminino (ISS, 2022).

Contrariamente ao desejável, nem sempre o que se projeta para as crianças como Projeto de Vida corre como planeado, levando a reentradas no sistema de acolhimento. Em 2021, deram nova entrada no sistema de acolhimento, um total de dez crianças, com idades compreendidas entre os zero e os cinco anos, sendo seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino. A maioria das crianças que reentram no sistema de acolhimento, independentemente da idade, tinham aplicada uma medida em meio natural de vida. Relativamente à faixa etária referida em cima, das dez mencionadas, nove encontravam-se com medidas de apoio junto dos pais ou junto de outro familiar (ISS, 2022).

Já no que se refere à adoção, em 2021, existiam 155 crianças e jovens integradas no sistema de acolhimento com medida de adotabilidade aplicada pelo Tribunal. Destas 155 crianças, 36%, ou seja, 56 crianças, encontravam-se na faixa etária abordada no presente relatório, sendo que os restantes 64% tinham seis ou mais anos (ISS, 2022), idade onde a probabilidade de adoção começa a descer exponencialmente, dada as preferências da maioria dos candidatos por crianças mais novas. Ao recuarmos no tempo, podemos verificar que os números de crianças disponíveis para adoção em Portugal diminuíram bastante nos últimos anos, e tal facto deve-se a diversos fatores, entre eles: o conhecimento e utilização generalizada de métodos contraceptivos; a legalização do aborto; a diminuição do número médio de filhos por mulher; a criação de apoios sociais prestados às famílias; uma ação social escolar mais ampla, entre outros (Paiva, 2019).

Relativamente às crianças entre os zero e os cinco anos que cessaram o acolhimento verifica-se um total de 410, registando um aumento de cerca de 23% face ao ano anterior (ISS, 2022). A maioria destas crianças encontravam-se, à data da cessação do acolhimento, acolhidas há dois e três anos (ISS, 2022).

## **Capítulo 2. SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos**



## **2.1. Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos**

A SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, ou apenas SORRISO, nasce em 1998, da necessidade de juntar um apoio material e financeiro ao já existente Ninho dos Pequenitos, ajudando assim na sensibilização da sociedade civil para a problemática das crianças institucionalizadas. Em outubro de 2004, a SORRISO celebra um protocolo com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, passando assim a deter a tutela do Ninho dos Pequenitos. Mais tarde, é ainda celebrado um protocolo com o Centro Hospital e Universitário de Coimbra. Ambos os protocolos se mantêm até aos dias de hoje. Em 2006, a SORRISO passa a ser uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS) (Pinho, 2010).

A SORRISO procura ainda envolver e sensibilizar a sociedade civil, promovendo e desenvolvendo projetos relacionados com crianças e famílias em risco (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

No que diz respeito à “missão” da Associação, esta prende-se por acolher crianças em situação de perigo, procurando assim criar respostas no âmbito do acolhimento temporário das mesmas. Estes serviços são prestados a crianças com idades compreendidas entre os zero e os seis anos de idade que, por algum motivo, foram privadas do meio familiar. Como “visão”, a SORRISO procura ser reconhecida como uma IPSS de referência no distrito de Coimbra, bem como implementar políticas e práticas de referência, tanto na qualidade, como na inovação do acolhimento infantil. Por último, no que concerne aos “valores”, estes passam por garantir os cuidados adequados às necessidades de cada criança, podendo assim: a) valorizar a criança, seguindo os direitos consagrados na CDC, facultando condições a todos os níveis, promovendo assim um desenvolvimento integral da criança; b) uma intervenção centrada no superior interesse da criança, desde o acolhimento até à saída, respeitando a privacidade, individualidade e integração da criança na comunidade envolvente; c) desenvolver parcerias, de modo a envolver a comunidade, sendo assim capazes de identificar mais rapidamente as necessidades e desenvolver estratégias mais eficazes que permitam atingir os objetivos; e d) ter uma melhoria contínua, sendo capaz de se aperfeiçoar e evoluir, mediante a participação dos diferentes órgãos sociais, profissionais, parceiros, voluntários, sócios e comunidade (Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2023).

Como foi anteriormente referido, a SORRISO nasce para servir de suporte ao Ninho dos Pequenitos e, até aos dias de hoje, esta é a única instituição de quem a SORRISO detém a tutela.

## **2.2. Ninho dos Pequenitos**

O Ninho dos Pequenitos nasce em 1931, pelas mãos do Prof. Bissaya Barreto. Inicialmente estava localizado onde atualmente se encontra o edifício da Associação Académica de Coimbra. (Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2023), sendo que em 1969 são inauguradas as novas instalações do Ninho dos Pequenitos, passando este a estar integrado no Complexo do Instituto Maternal Bissaya Barreto (Pinho, 2010), onde se localiza até aos dias de hoje.

Foi inicialmente criado para o internamento de crianças em risco de contágio por tuberculose da mãe e, em 1988, é incluído num projeto que leva à criação da Unidade de Intervenção Precoce (UIP) na Relação Mãe/Filho. A partir de 1991 desenha-se um novo contexto, e a instituição passa a ter como principal finalidade acolher e encaminhar crianças dos zero aos seis anos que, por diferentes razões se possam encontrar em risco, sendo que após a publicação da Lei nº147/99 de 1 de setembro, são admitidas no Ninho dos Pequenitos, apenas crianças a quem o tribunal aplique a medida de acolhimento residencial (Pinho, 2010). O Ninho recebe nas suas instalações crianças dos zero aos seis anos de idade, sendo que após a criança completar os seis anos, esta é encaminhada para nova instituição que acolha a sua faixa etária.

O Ninho dos Pequenitos funciona 24 horas por dia, sem interrupções. A Casa tem capacidade para acolher vinte crianças, mas graças ao “acordo atípico” firmado com o Instituto de Segurança Social, conta com um total de quinze vagas (Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2023).

Integra ainda com uma equipa técnica constituída por três elementos, sendo eles: uma assistente social, que acumula o cargo de Diretora Técnica da CAR, uma Educadora Social e uma Psicóloga. Da Equipa Educativa, fazem parte um total de dez Auxiliares de Ação Educativa, que garantem a prestação dos cuidados básicos e essenciais das crianças acolhidas.

### **2.2.1. As instalações**

No que diz respeito às instalações, o Ninho dos Pequenitos conta com:

- Área de dormir:

- 2 quartos com 5 camas de grades cada e armário para arrumação de objetos pessoais da criança;

- 1 quarto com 4 camas, com armário, armário para arrumação de objetos pessoais das crianças e cómoda para roupa;

- 1 casa de banho de apoio aos quartos, adaptada às crianças, que inclui 2 sanitários, 1 base de chuveiro, 3 lavatórios, zona de vestir identificada para cada criança, armário para roupa, muda fraldas com lavatório e armário para artigos de higiene.

- Área do berçário:

- 1 berçário com 6 berços, um armário para roupa, armário para arrumação dos objetos pessoais dos bebés e mesa de apoio;

- 1 casa de banho para os bebés, com banheira, muda fraldas, balança, armário para roupa e artigos de higiene;

- 1 sala de atividades vocacionada para crianças até aos 15 meses, com tapetes de atividades e brinquedos;

- Área de salas de atividades:

- 1 sala de atividades lúdico-pedagógicas, organizada por áreas de interesse (espaço da casinha das bonecas, espaço de jogos, espaço de trabalhos de expressão plástica, espaço de leitura e espaço de carros);

-1 sala de estar, que integra um espaço de jogos e um espaço de entretenimento, equipado com os seguintes materiais: televisão, vídeo, livros e brinquedos.

- Área de salas de visitas:

-1 sala de visitas para familiares dos bebés, com muda fraldas e brinquedos adaptados à faixa etária;

-1 sala de visitas para familiares das crianças, com brinquedos adaptados à faixa etária.

- Área de refeições:

- 1 sala de refeições, com 3 mesas redondas e respetivas cadeiras, assim como, uma cadeira/mesa para 5 bebés e dois armários;

- 1 copa, para empratamento das refeições, equipada com frigorífico, fogão, micro-ondas, armários, material de esterilização de biberões, máquina e lavatório para louça.

- Área de gabinetes:

- 1 gabinete Técnico, com armários específicos, para arrumação dos processos individuais das crianças e material de escritório indispensável ao trabalho técnico;

- 1 gabinete Administrativo, com armário específico, para arrumação de documentação relativa à SORRISO e à contabilidade, bem como material de escritório indispensável ao trabalho administrativo;

- 1 gabinete de Apoio e Vigilância, onde se encontra o livro de ocorrências, dossiers com instrumentos de registo relativos ao quotidiano das crianças, processos clínicos, placard de informações e farmácia;

- Área de serviços gerais:

- 1 zona de tratamento de roupas, constituída por uma lavandaria (com máquinas de lavar e secar roupa, base de chuveiro e armário para armazenamento de produtos de limpeza) e rouparia (com tábua de passar a ferro, máquina de costura e armário para arrumação de material e atalhados);

- 1 arrecadação, de pequenas dimensões, para armazenamento de material hoteleiro;

- 1 arrecadação polivalente, com estantes e armários.

- Área do pessoal:

- 1 vestiário, com cacifos individuais, para funcionários;

- 1 casa de banho de funcionárias, com sanitário, lavatório e base de chuveiro.

- Área de recreio:

- 1 tenda equipada com brinquedos de exterior;

Importa referir, que o facto de a instituição se localizar dentro da maternidade e manter uma boa articulação com a Unidade de Intervenção Precoce (UIP), revela-se uma mais-valia para as crianças acolhidas, tendo cuidados de saúde de qualidade a fácil acesso (Pinho, 2010).

### **2.2.2. As crianças acolhidas**

O Ninho dos Pequenitos tem capacidade para albergar vinte crianças, no entanto, encontra-se restrito, como já acima referido, a quinze vagas. As vagas destinam-se a crianças com idades compreendidas entre os zero e os seis anos de idade que, por decisão do Tribunal ou acordo da CPCJ, foi decretado o Acolhimento Residencial como medida.

Todas as crianças que são acolhidas no Ninho dos Pequenitos possuem um processo individual, onde consta toda a informação da criança, bem como da sua família, acompanhada das respectivas diligências efetuadas no âmbito da avaliação, acompanhamento e definição do projeto de vida (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

Dada a tenra idade das crianças aqui acolhidas, espera-se que a sua estadia seja o mais curta possível e que o Projeto de Vida possa ser delineado de forma célere, para que a Equipa Técnica possa trabalhar em conformidade com cada criança, levando à sua desinstitucionalização.

Durante o recorrer do nosso estágio curricular, passaram pelo Ninho dos Pequenitos um total de vinte e uma crianças, catorze do sexo masculino e sete do sexo feminino, com idades compreendidas entre os dois meses e os seis anos. Destas vinte e uma crianças, até ao término do meu estágio, uma foi adotada, quatro foram (re)integradas no seio familiar, uma foi encaminhada para nova instituição e quinze mantiveram-se institucionalizadas no Ninho dos Pequenitos, a aguardar a decisão do seu Projeto de Vida, ou a concretização do mesmo.

Relativamente ao tempo de acolhimento no Ninho, este varia muito de criança para criança, havendo crianças que estiveram apenas alguns meses, enquanto outras estão durante anos, dependendo da complexidade da sua situação.

Importa ainda frisar que, apesar da faixa etária do Ninho dos Pequenitos ser dos zero aos seis anos de idade, nem sempre, dependendo de situação em situação, a criança sai logo após completar os seis anos. Por vezes, motivos como, o projeto de vida estar em resolução, a existência de irmãos mais novos na Casa, ou a dificuldade em encontrar vagas em instituições que se adequem às necessidades de determinada criança, podem ser fatores que levam à permanência da criança no Ninho, mesmo após a idade limite.

### **2.2.3. A equipa**

Para que seja possível o correto e organizado funcionamento de uma CAR, é necessário construir uma equipa multidisciplinar, com capacidade de dar resposta às necessidades de cada criança, quer a nível jurídico, psicoemocional, físico, entre outros. Nesse sentido, o Ninho dos Pequenitos é constituído por uma equipa técnica e uma equipa educativa, que permitem o funcionamento completo da CAR.

No que diz respeito à equipa técnica, esta é constituída por profissionais com formação e experiência nas áreas relacionadas com o cuidado e desenvolvimento humano. Os três membros pertencentes à Equipa Técnica do Ninho abrangem as áreas de formação de Serviço

Social, Ciências da Educação e Psicologia. À equipa técnica pertence ainda a Diretora Técnica, da área de Serviço Social. Cada um destes profissionais traz à Casa conhecimentos específicos que são essenciais para o bem-estar de cada criança. Importa salientar que esta equipa é ainda apoiada por uma equipa de consultadoria técnica, de onde fazem parte uma pediatra e uma psiquiatra de infância e adolescência (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

A equipa educativa é composta por um total de dez funcionárias, de várias faixas etárias e habilitações. Esta equipa é responsável por fornecer os cuidados essenciais às crianças, garantindo que estas tenham as suas necessidades diárias atendidas, sentindo-se seguros e acolhidos durante o acolhimento. São, por norma, as pessoas com o contacto mais direto com as crianças, sendo por isso expectável que as crianças criem relações de proximidade com as auxiliares, uma vez que cumprem tarefas que dizem respeito às responsabilidades e cuidados parentais. No entanto, é importante que os cuidadores não sejam vistos como substitutos dos pais biológicos, mas, pelas razões já apresentadas acima, devem agir como figuras estáveis e significativas de afeto para com as crianças (Anglin, 2002, citado por Rodrigues 2019, citado por Silva, 2021).

Não menos importante referir que o Ninho dos Pequenitos conta ainda com uma Equipa de Consultadoria, de modo a fornecer à Casa um suporte e orientações para áreas específicas, fornecendo uma ajuda especializada às crianças e funcionários da instituição.

#### **2.2.4. O acolhimento das crianças e a sua integração**

Aquando do pedido de admissão de uma criança, cabe à instituição a análise e decisão sobre o mesmo pedido. Para que isso seja concretizado, a equipa técnica terá que: 1) analisar os relatórios e dados clínicos que acompanham o pedido de entrada; 2) avaliar se a Casa tem possibilidade de acolher a criança em questão; 3) articular com os serviços que solicitam o acolhimento, de modo a obter mais informações; 4) decidir se é possível admitir a criança, comunicando por escrito à entidade que solicitou o acolhimento; 5) e, em caso de resposta positiva para o acolhimento, articular com a entidade que solicitou o mesmo para que se possa agendar a data de admissão da criança (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

Ao chegar o dia da entrada da criança, é preparado o seu acolhimento, passando pela abertura do Processo Individual da criança, a definição do seu Gestor de Caso, organizar o

espaço individual da criança e escolher uma prenda de boas-vindas (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

É importante ainda, que haja uma procura de reconhecer alguns aspetos relativos à criança aquando da sua entrada. Aspetos como os seus hábitos de sono, alimentação, objetos e pessoas significativas, podem ser uma grande ajuda na adaptação da criança à Casa. Lembrar ainda, a importância de fazer o possível para que o/a menor se familiarize, tanto com os seus pares, como com as cuidadoras (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

No caso de a criança acolhida ter estabelecida uma vinculação/relação com a sua família e as visitas da mesma estarem devidamente autorizadas, a família é informada acerca das características e regras da instituição, articulando com a CAR os dias e horários disponíveis para visitar a criança (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017). Atualmente, no Ninho, os familiares com autorização para visita, podem fazê-lo duas vezes por semana, com visitas de 1 hora, sendo que os dias da semana e horário são ajustados consoante a disponibilidade tanto da Casa, como da família dos menores.

Sempre que uma criança é acolhida, tendo em conta a sua faixa etária, características e previsão da concretização do seu projeto de vida e, existência de vagas, tenta-se que esta seja integrada em creche/jardim de infância. Na existência de parecer positivo, é necessário então proceder ao contacto com o estabelecimento de ensino para formalizar inscrição e agendar reunião com os educadores, no sentido de partilhar informação acerca da criança, de modo a facilitar a sua integração. Já quando a criança está integrada, continuam-se a realizar reuniões periódicas, de modo a discutir e avaliar a evolução da criança (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017). Deste modo, é possível estimular o desenvolvimento e a integração da criança na sociedade em redor.

O Ninho dos Pequenitos realiza ainda, para cada uma das crianças acolhidas, o Plano Sócio Educativo Individual (PSEI), que é o que irá definir a intervenção que se irá realizar com cada criança. Este Plano, pode abarcar vários projetos, desde a educação, saúde, adoção, família, promoção de competências consoante o nível de desenvolvimento das crianças, entre outros.

Estes projetos têm em conta as necessidades individuais de cada criança, indo incidir sobre as mesmas. Estes são pensados de forma pormenorizada, e incluem: objetivos; estratégias/ações; o responsável pelas ações; calendarização; critérios de avaliação e recursos humanos, materiais e financeiros. Por norma, dependendo do projeto, estes são revistos num

período de seis em seis meses, podendo os mesmo serem fechados se os objetivos tiverem sido alcançados e já não se justificar, ou o Projeto de Vida da criança for concretizado (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).



### **Capítulo 3. Projetos de Vida – 3 caminhos diferentes**

### **3.1. Os diferentes Projetos de Vida**

Durante o acolhimento da criança, um dos principais objetivos da Equipa Técnica é a definição do seu Projeto de Vida, de modo a poder agir em conformidade e trabalhar com a criança nesse sentido. Existem três caminhos distintos no que diz respeito ao Projeto de Vida: a) integração ou reintegração no seio familiar; 2) confiança em instituição com vista a futura adoção; ou ainda 3) permanência em acolhimento residencial.

#### **3.1.1. (Re)integração no seio familiar**

Sempre que o Projeto de Vida dos menores passar pela (re)integração no seio familiar, o Ninho procura promover e incentivar a participação das famílias nas rotinas e dinâmicas da criança, para que possam compreender e intervir de acordo com as suas verdadeiras necessidades (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

Cabe ao Tribunal e ao gestor de caso da EMAT, a elaboração de um plano de aproximação da criança à família biológica. Após a elaboração do plano, é necessário aplicar o mesmo e fazer a posterior avaliação, dando informação ao gestor de caso da EMAT e/ou Tribunal, sobre o ponto de situação. Se o plano for bem-sucedido, é então preparada a saída da criança da Casa, reunindo os seus documentos, fotografias e objetos pessoais, que serão posteriormente entregues à família biológica.

#### **3.1.2. Adoção**

Quando o Tribunal decide a adoção como Projeto de Vida de uma criança, existem vários passos a serem tomados. Após decretada adoção, e não havendo pedido de recurso por parte da família biológica da criança, o contacto com a mesma é imediatamente cortado, dando início aos trâmites legais necessários para a concretização da decisão.

Inicialmente, é necessário a elaboração de um relatório onde são especificadas todas as questões relativas à criança, como a nível de saúde, desenvolvimento global, história de família, e características relevantes. Este relatório é ainda acompanhado por fotografias da criança. No caso dos bebés e crianças com problemas que afetem o seu desenvolvimento ao nível cognitivo, uma vez que não possuem maturidade para participar no seu projeto de adoção, é elaborado o Álbum da Criança, onde é apresentado o crescimento/desenvolvimento do mesmo. Se a idade e maturidade da criança o permitir, é ainda importante envolvê-la no processo, preparando-a para a integração numa nova família, sendo que a preparação é feita seguindo um programa específico, o Programa de Preparação da Criança para a Adoção (PPCA) (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

Este programa é constituído por dez etapas, com quatro focos de atuação: conversar acerca da mudança, onde se encontram inseridas as primeiras quatro etapas; ajudar a compreender a sua história, onde consta a quinta etapa; ajudar a lidar com as perdas, que nos apresenta a sexta etapa; e, por último, promover a vinculação na nova família, onde temos as quatro últimas etapas (Departamento de Desenvolvimento Social, 2019). Ao menor, é apresentado um “Caderno da Criança”, que irá fazer parte do seu caminho até à sua nova família. Com o envolvimento da criança neste processo, espera-se que a criança se sinta apoiada para uma nova fase da sua vida, conhecendo o seu passado, o seu presente e o que se espera para o seu futuro (Departamento de Desenvolvimento Social, 2019).

No caso das crianças que não encontrem candidatos a adotantes da sua nacionalidade ou residentes em Portugal, estas serão encaminhadas para a adoção internacional, alargando assim as probabilidades daquela criança vir a ser adotada (ISS, 2019).

Quando selecionados os futuros pais para a criança, é realizada uma reunião com os mesmos, juntamente com a Equipa de Adoção da Segurança Social e a Equipa Técnica da Casa, de modo a informar e planificar a aproximação à criança. Este processo de aproximação à criança é flexível e adaptável ao ritmo da mesma. (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos, 2017). Durante este processo, é essencial que não se esconda nada relativamente às características da criança, pois isso irá criar uma quebra de confiança entre os técnicos e os pais (Ferreira, 2021). Após concluído o processo de aproximação, prepara-se a saída da criança da Casa, reunindo todos os seus objetos pessoais, que serão entregues aos futuros pais, juntamente com informação pormenorizada sobre as rotinas da criança, fotografias e documentos (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos, 2017).

### **3.1.3. Permanência em acolhimento residencial**

Infelizmente, nem sempre é possível concretizar os Projetos de Vida das crianças antes de elas concretizarem os seis anos de idade, limite da faixa etária estabelecida pelo Ninho. Este facto acontece essencialmente (apesar de não exclusivamente), por dois fatores que estão ligados entre si: a impossibilidade do regresso da criança à família biológica, que em concomitância com aspetos associados à criança – problemas de saúde ou atraso acentuado no desenvolvimento – acabam por dificultar a adoção da mesma, acabando por levar a um maior prolongamento da criança em acolhimento residencial. Quando chegada então a altura da saída, é necessário agilizar a transferência da criança para uma nova instituição que continue a dar resposta às suas necessidades e que abranja a sua faixa etária.

Após encontrada a instituição e vaga na mesma, é necessário proceder à integração da criança na nova Instituição. Esta integração é feita, inicialmente, em colaboração com ambas as instituições, e depois cabe à nova instituição, acolher a criança e levar a que esta se adapte o melhor possível, sempre tendo em vista o seu Projeto de Vida.

## **Capítulo 4. A Multiculturalidade no Acolhimento Residencial**

#### **4.1. O tema do Ninho dos Pequenitos no ano 2023**

No planeamento das atividades a desenvolver com as crianças no Ninho em cada ano, existem sempre vários temas a considerar. Temas como as estações do ano e as épocas festivas são algo que, apesar de se diversificar na abordagem, são recorrentes nas planificações anuais das atividades. No entanto, o Ninho dos Pequenitos, estabelece, todos os anos, um tema específico para aquele ano.

Nesse contexto, o tema escolhido para o ano de 2023 foi “Os continentes”. Assim, tendo-me sido dada a oportunidade de abordar esse tema no meu projeto, ou escolher um novo tema, decidi avançar com o tema existente, numa perspetiva de articulação, e procurar abordar os seis continentes não apenas no sentido geográfico e histórico, mas também no sentido da multiculturalidade, dando assim um cunho pessoal ao projeto.

Apesar de desafiante, dada a tenra idade das crianças da instituição, abordar a multiculturalidade pareceu-me importante por diversas razões. Em primeiro lugar, a diversidade cultural é uma realidade cada vez mais presente na sociedade, e fazendo as crianças parte dela, estão, inevitavelmente, expostas a ela. Compreender e respeitar as diferentes culturas é uma capacidade importante para a vida, no sentido em que nos fornece ferramentas para que nos possamos relacionar melhor com as pessoas, num sentido de senso de empatia e compaixão.

Se desde cedo se educarem as crianças para adquirirem valores antirracistas e interculturais, mais cedo podemos evitar atitudes baseadas em estereótipos e de discriminação perante o “outro” (Segurado, 2013). É através da educação intercultural que as crianças podem aprender a conhecer e respeitar os costumes não só da sua cultura, mas da cultura dos restantes (Segurado, 2013).

Aprender sobre as diferentes culturas é a oportunidade de a criança desenvolver uma perspetiva mais ampla do mundo, ajudando-as a desenvolver a sua própria identidade cultural e respeitar as diferenças, valorizando-as.

Por outro lado, incluir um domínio da educação artística traz consigo também um papel muito importante no crescimento das crianças, contribuindo para uma melhoria nas capacidades expressivas e comunicativas das crianças (DGE, 2016, citado por Silva, 2021).

Sabemos ainda, que os jogos desempenham um papel muito importante nos processos de socialização das crianças, no desenvolvimento da sua cognição, atitudes, emoções, e até na manipulação de objetos (Moreira, 2004, p.63, citado por Carvalho, 2020).

Com base nisto, e lembrando também que estas crianças, estando em numa instituição de acolhimento temporário por onde passam todo o tipo de crianças, podem ter de conviver tanto com outras culturas, como etnias, mostrou-se ainda mais que pertinente seguir por esta abordagem e integrarmo-nos no tema unificador da Casa, dando às crianças uma linha orientadora mais consistente.

#### **4.2. Participantes**

Como participantes do Projeto, doravante assim designado, foram selecionadas as crianças do Ninho dos Pequenitos, com idades compreendidas entre os dezoito meses e os cinco anos. Participaram, no Projeto, um total de quinze crianças, sendo que sete eram do sexo feminino e catorze do sexo masculino. Importante lembrar que, dado a dinâmica da Casa e os próprios Projetos de Vida das crianças, nem todas participaram na totalidade das sessões.

#### **4.3. Planificação**

Uma vez decidido o tema do projeto, foi necessário passar à formulação de ideias e planeamento das atividades. Para isso, pudemos contar com a orientação da nossa orientadora local, a Dra. Ana Luísa, com as qual partilhámos as nossas ideias e atividades possíveis, tendo-nos dado um *feedback* bastante rico.

Foi possível perceber desde cedo que nem todos os continentes que iriam ser abordados iam ter o mesmo número de sessões atribuídas, uma vez que continentes como a Antártida, por exemplo, sendo um continente que não possui população local, não tem a mesma carga cultural como tem, por exemplo, o continente africano.

As atividades foram sobretudo pensadas para serem simples, dada a tenra idade dos participantes, mas também lúdicas, tendo em conta que é a forma pedagógica adequada a este grupo etário. Não podiam, também, ser atividades de longa duração, e no caso de serem atividades que necessitassem de mais tempo, a melhor opção seria dividi-las por diferentes dias.

Deste modo, ao longo da aplicação do Projeto, foram realizadas cerca vinte e duas sessões, com um total de vinte atividades.

## **4.4. Execução das Atividades**

### **4.4.1. América do Norte**

#### Atividade I – Os Animais da América do Norte (cf. Anexo I)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de três animais característicos da América do Norte: o esquilo terrestre; o veado de cauda branca; e o urso negro. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal. No final da apresentação, as crianças tinham disponíveis as sete imagens dos animais (América do Norte e Sul), de onde escolheram o seu preferido, para que pudessem posteriormente colorir num desenho. Esta segunda parte da atividade, tanto por gestão de tempo como da própria concentração das crianças, foi deixada para outro dia.

#### Atividade II - Sabores da América

No dia desta atividade, os meninos puderam provar duas frutas oriundas do continente americano, que nunca tinham provado. As frutas foram a pitaya e o mamão, sendo que foi dada a cada criança uma pequena porção de cada, após o jantar, dando antes um pequeno contexto sobre o que iriam comer.

#### Atividade III – Os sons do mundo

Esta atividade consistiu num dia musical, onde as crianças ouviram e visionaram os vídeos de várias canções infantis referentes a todos os continentes até então abordados (com exceção da Antártida e da Europa). No caso da América do Norte, as crianças ouviram a música intitulada por “Índios e Cowboys”, do Panda e os Caricas.

### **4.4.2. América do Sul**

#### Atividade IV – Os animais da América do Sul (cf. Anexo II)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de quatro animais característicos da América do Sul: o flamingo; a iguana; a preguiça; e a arara. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças



podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal.

No final da apresentação, as crianças tinham disponíveis as sete imagens dos animais vistos anteriormente (América do Norte e Sul), de onde escolheram o seu preferido, para que pudessem posteriormente colorir num desenho. Esta segunda parte, tanto por gestão de tempo como da própria concentração das crianças, foi deixada para outro dia.

#### Atividade V – Os povos indígenas (cf. Anexo III)

Esta atividade foi realizada durante a época festiva do Carnaval, apresentando às crianças os povos indígenas. Neste sentido, as crianças puderam criar o seu próprio índio, recorrendo a diferentes tipos de material, como o cartão, papel, corda, elástico, marcadores e penas.

#### Atividade III – Os sons do mundo

Esta atividade consistiu num dia musical, onde as crianças ouviram e visionaram os vídeos de várias canções infantis referentes a todos os continentes até então abordados (com exceção da Antártida e da Europa). No caso da América do Sul, as crianças ouviram a música intitulada de “Os Ritmos Latinos”, do Panda e os Caricas.

#### **4.4.3. Antártida**

#### Atividade VI – Os animais da Antártida (cf. Anexo IV)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de três animais característicos da Antártida: o pinguim imperador; a orca; e a foca. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal.

#### Atividade VII – Foca de algodão (cf. Anexo V)

Sendo a foca um dos animais apresentados na Atividade IV, a próxima atividade alusiva a este Continente consistiu em utilizar cola e algodão, para dar à foca o seu pelo. Assim, numa imagem impressa, as crianças colocam pequenos montes de algodão sobre onde seria a pelagem da foca, de modo a criar a ilusão de pelo no desenho.

#### **4.4.4. Europa**

##### Atividade VIII: Os animais da Europa (cf. Anexo VI)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de três animais característicos da Europa: o javali, a águia e a raposa. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal.

##### Atividade IX: A raposa (cf. Anexo VII)

Durante o visionamento dos animais da Europa, a raposa foi um dos animais apresentados. Assim, seguiu-se uma atividade que consistia em, usando o contorno da mão de cada uma das crianças, criar-se a base para construir o corpo da raposa. Após contornadas as mãos e as mesmas serem recortadas por mim, cada criança, com o devido auxílio, pintou o focinho e cauda da sua raposa, colando depois a cabeça ao tronco da mesma.

##### Atividade X: Lanche temático

No dia da realização desta atividade, ao invés do lanche habitual, foram servidos às crianças croissants miniatura para o lanche, dando previamente um contexto sobre o porquê da escolha dos croissants, sendo estes típicos de França, país pertencente ao continente europeu.

#### **4.4.5. África**

##### Atividade XI: Os animais de África (cf. Anexo VIII)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de quatro animais característicos de África: o elefante; a zebra; a girafa; e o leão. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal.

##### Atividade XII: A juba do leão (cf. Anexo IX)

Esta atividade foi no decorrer da atividade de apresentação dos animais do referido continente, no entanto, foi realizada num outro dia. A mesma consistiu em, com leões previamente desenhados por mim, cada criança acrescentar a juba em falta nos mesmos, recorrendo a tintas e um garfo.

### Atividade XIII: Ao som do Caxixi (cf. Anexo X)

Neste dia, as crianças do Ninho dos Pequenitos ficar a conhecer o caxixi, instrumento típico africano, podendo recriar o mesmo. Cada criança pintou previamente um rolo de papel higiénico com tinta numa cor à sua escolha. Posteriormente procedeu-se à montagem do caxixi em si (esta parte foi feita por mim). Após todos os caxixis estarem montados, cada criança pode decorar, com ajuda, o seu caxixi.

### Atividade III – Os sons do mundo

Esta atividade consistiu num dia musical, onde as crianças ouviram e visionaram os vídeos de várias canções infantis referentes a todos os continentes até então abordados (com exceção da Antártida e a Europa).

No caso do continente africano as músicas reproduzidas e visionadas foram “Olé Moliba Makasi”, “Kokoleoko”, “África – A viagem do MULTI” e, por último, uma música do Panda e dos Caricas, intitulada por “Dança Tribal”.

#### **4.4.6. Ásia**

### Atividade XIV: Os animais da Ásia (cf. Anexo XI)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de quatro animais característicos da Ásia: o macaco narigudo; o panda vermelho; o pato mandarim; e o tigre de Sumatra. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal.

### Atividade XV: Os sabores da Ásia

No dia desta atividade, os meninos puderam provar duas frutas oriundas do continente asiático. As frutas foram manga e lichias, sendo que foi dada a cada criança uma pequena porção de cada, após o jantar, dando antes um pequeno contexto sobre o que iriam comer.

### Atividade III – Os sons do mundo

Esta atividade consistiu num dia musical, onde as crianças ouviram e visionaram os vídeos de várias canções infantis referentes a todos os continentes até então abordados (com exceção da Antártida e a Europa).

No caso do continente asiático a música ouvida foi a música intitulada por “Ásia”, do Panda e dos Caricas.

#### Atividade XVI: Sushi doce

Nesta atividade, quisemos levar às crianças algo bastante típico do continente asiático, o sushi. Na impossibilidade de o fazer, por vários motivos, surge a lembrança da existência de gomas no formato de sushi, originando assim a ideia de levar o sushi e o seu conceito às crianças, mas de uma forma divertida e mais doce.

#### **4.4.7. Austrália**

##### Atividade XVII: Os animais da Austrália (cf. Anexo XII)

Esta atividade consistiu no visionamento de slides, em *PowerPoint*, onde foram apresentados às crianças um total de quatro animais característicos da Austrália: o canguru; o coala; o ornitorrinco; e o kiwi. Primeiramente foi mostrada uma imagem do animal às crianças, bem como de qual animal se tratava, e de seguida um curto vídeo onde as crianças podiam ver o animal em movimento. Era ainda apresentado um facto simples sobre cada animal.

##### Atividade XVIII: Os sabores da Austrália (cf. Anexo XIII)

Neste dia as crianças do Ninho dos Pequenitos meteram mãos à obra para confeccionar “Biscoitos Anzac”, biscoitos tradicionais da Austrália e Nova Zelândia, originalmente enviados pelas famílias aos soldados da I Guerra Mundial.

##### Atividade III – Os sons do mundo

Esta atividade consistiu num dia musical, onde as crianças ouviram e visionaram os vídeos de várias canções infantis referentes a todos os continentes até então abordados (com exceção da Antártida e a Europa).

No caso da Austrália, a música escolhida foi “Canguru”, do Panda e dos Caricas.

#### **4.4.8. O Mundo**

##### Atividade XIX – Todos diferentes, todos iguais (cf. Anexo XIV)

Este foi o dia das crianças do Ninho fazerem figuras de meninos e meninas, sendo que o principal objetivo não seria fazerem as figuras à sua imagem, mas todas diferentes umas das outras, em aspetos como a cor da pele, dos olhos, cor do cabelo, textura do cabelo e vestuário. Foram assim construídas/os onze figuras/bonecos, um por cada criança, que foram

posteriormente afixados no *hall* de entrada do Ninho dos Pequenos, acompanhados da frase “Todos diferentes, todos iguais”.

#### Atividade XX – Meninos de todas as cores

Foi com esta atividade que fechamos o nosso projeto de estágio. Foi feita a leitura de um pequeno livro, intitulado de “Menino de Todas as Cores”, de Luísa Ducla Soares.

### **4.5. Avaliação das atividades**

#### Atividades I e IV

Estas atividades foram realizadas simultaneamente, sendo que primeiramente se fez a apresentação dos animais da América do Norte e posteriormente, os do Sul. As crianças mostraram-se na sua maioria atentas e interessadas, gostando especialmente do visionamento dos vídeos de cada animal, pedindo inclusive para os visionarem mais do que uma vez. No final da apresentação foi mostrado um diapositivo que continha todos os animais apresentados anteriormente, e em que foi pedido a cada criança para que selecionasse o que mais gostou, para posteriormente pintar. Uma vez que a pintura após a apresentação já requeria muito tempo de concentração das crianças, esta 2ª parte da atividade foi deixada para outro dia.

No dia de pintar o animal que cada um escolheu, as crianças estavam muito animadas por pintar o seu animal, sendo que cada uma pintou à vez, com a minha ajuda e orientação durante o processo.

#### Atividade II

Esta foi uma atividade que se mostrou uma surpresa pois, tratando-se de frutas incomuns e com sabores bastante distintos do habitual no dia a dia da Casa, das onze crianças a quem foi oferecida as frutas, dez delas gostaram, tendo comido ambas as frutas.

#### Atividade III

As crianças gostaram muito de ouvir as músicas, pedindo especialmente pelas do Panda. Foi engraçado pois alguns conheciam algumas das músicas, mas nunca tinha, na verdade, prestado atenção à letra. No momento, ouve músicas que até acabaram por cantar todos em conjunto, uma vez que já conheciam, como a dos “Índios e Cowboys”, da América do Norte.

### Atividade V

As crianças mostraram-se animadas com a criação do seu índio, principalmente na parte da colagem do cabelo e das fitas na cabeça. O facto de as penas serem verdadeiras deu aos índios das crianças um ar ainda mais especial e colorido.

### Atividade VI

Da mesma forma que as Atividades I e II, as crianças mostraram-se muito interessadas e divertidas durante o visionamento dos slides apresentados em *PowerPoint*, querendo repetir os vídeos e indo tentando reproduzir os nomes dos animais que estavam a ver.

### Atividade VII

Esta atividade foi realizada no seguimento da Atividade VI, e as crianças mostraram-se entusiasmadas, mas um pouco impacientes por ter de esperar pela sua vez. Ao chegar a sua vez, gostaram muito de mexer no algodão e sentir a sua textura. Por norma as crianças do Ninho gostam muito de usar a cola, e desta vez não foi exceção, tendo usado a cola para colar os pequenos pedaços de algodão nas suas focas, sempre necessitando de alguma orientação.

### Atividade VIII

Da mesma forma que nas restantes apresentações dos animais, as crianças mostraram-se interessadas e divertidas. Na realização desta atividade encontravam-se crianças numa faixa etária mais elevada do que nas apresentações das atividades I e III, sendo um fator que influenciou a interação das crianças com o visionamento dos slides, surgindo muito mais perguntas sobre os animais que estavam a ver.

### Atividade XIX

As crianças mostraram-se contentes com o contorno das suas mãos, aguardando pela sua vez de forma paciente. No entanto, quando chegou à parte de cada criança, pintar, à vez, a sua raposa, estas mostraram-se mais impacientes em relação ao tempo de espera, uma vez que já tinham estado a aguardar anteriormente. No entanto, no contexto geral, foi uma atividade conseguida e que as crianças gostaram de fazer e ver o resultado.

### Atividade X

Não sendo uma novidade na alimentação das crianças do Ninho dos Pequenitos, o croissant é um alimento que não está recorrentemente presente no quotidiano das mesmas, sendo por isso um motivo de contentamento para as crianças que participaram na atividade.

### Atividade XI

Talvez pela maioria das crianças presente nesta atividade conhecer os animais apresentados, esta foi uma atividade em que foi mais difícil prender a atenção das crianças, sendo que apenas a criança mais velha se mostrou interessada, apesar de conhecer todos os animais, em realizar questões e comentários acerca dos animais apresentados.

### Atividade XII

Esta atividade foi apresentada no seguimento da atividade X, no entanto foi realizada noutra dia. As crianças mostraram-se logo entusiasmadas por realizar a atividade e no dia da realização mantiveram o entusiasmo. A atividade decorreu de forma organizada, sendo que as crianças foram muito cooperativas, esperando calmamente pela sua vez enquanto brincavam na sala com alguns jogos. O facto de usar o garfo como ferramenta para pintar foi algo que as crianças gostaram muito e acharam muito divertido.

### Atividade XIII

A meu ver, esta foi das atividades que as crianças, na generalidade, gostaram mais de todo o projeto, uma vez que, algumas delas, mesmo bastante tempo após a realização da mesma, continuaram a falar e perguntar pelos seus caxixis. No que diz respeito à realização da atividade, esta correu igualmente bem e de forma ordeira, considerando que foi possível obter um resultado muito interessante.

### Atividade XIV

A atenção das crianças para esta atividade, manteve-se sobretudo nos dois primeiros animais apresentados, o macaco narigudo e o panda vermelho, sendo que o primeiro se prendeu por terem achado piada ao animal em si, e o segundo terem achado que era, nas suas palavras, “muito fofinho”. No geral, considera-se que foi uma atividade bem conseguida.

### Atividade XV

As crianças mostraram-se contentes por irem, mais uma vez, provar novas frutas. No que diz respeito à manga, todas as crianças gostaram e comeram. Já as lichias, em onze crianças, nove comeram e gostaram e duas não quiseram provar.

### Atividade XVI

Esta atividade surgiu após o almoço das crianças, como forma não só de aprendizagem, mas também como uma espécie de recompensa para as crianças, pois comeram o almoço sem problemas. As crianças mostraram-se curiosas em saber o que era sushi e ver o formato das gomas, podendo comer as mesmas após o visionamento.

### Atividade XVII

De todas as apresentações de animais, esta foi provavelmente a que correu pior, sendo que as crianças estavam muito dispersas e pouco focadas, não tendo, na maioria, prestado atenção aos animais apresentados.

### Atividade XVIII

A par da atividade referente ao instrumento “caxixi”, esta foi das atividades que as crianças gostaram e interagiram mais durante todo o projeto. Foi bastante recompensador poder ver a vontade das crianças e entusiasmo em mexer na massa e formar as “bolinhas” que viriam depois a ser os nossos biscoitos. Na hora de provar, foi igualmente satisfatório, uma vez que todas as crianças, sem exceção, gostaram muito dos biscoitos que todos tinham confeccionados em conjunto.

### Atividade XIX

Esta foi uma atividade da qual as crianças mostraram gostar, principalmente pelo facto de todos os seus bonecos serem diferentes, essencialmente no que se refere ao cabelo, onde foram exploradas as diferentes texturas, tamanhos e cores. Esta atividade foi ainda exposta no *hall* de entrada do Ninho dos Pequenitos, acompanhada da frase “Todos diferentes, todos iguais”.

### Atividade XX

Os meninos mostraram calmos e atentos durante esta atividade, tentando até repetir algumas partes da história à medida que a iam ouvindo. Consideramos que foi uma boa escolha para



terminar as atividades do nosso projeto, acabando por ser quase um resumir dos habitantes dos vários continentes que conheceram ao longo dos meses de aplicação do projeto.

#### **4.6. Reflexão Crítica**

Fazendo uma análise realista do nosso desempenho na conceção e implementação deste projeto, tendo em conta não só a nossa perceção durante e após a realização do mesmo, mas também tendo em conta a *feedback* essencialmente dado pelas crianças que nele participaram, consideramos que os objetivos foram atingidos. Foi possível fazer um número considerável de atividades, que ainda que não tendo sido possível realizar todas as que se desejavam, afigurou-se uma boa quantidade tendo em conta todas as dinâmicas envolvidas no processo.

Este projeto foi, sem dúvida, a maneira mais privilegiada de perceber de perto a dificuldade que pode ser trabalhar com um público em idade tão tenra, e ao mesmo tempo verificar que, quando por vezes menos estamos a contar, as crianças nos surpreendem com diferentes reações às atividades propostas. Foi uma mais valia ver de perto como o processo de perceção pode funcionar, tendo para o mesmo estímulo/atividade, verificado impressões/reações completamente diversas dos participantes. Na mesma atividade, pode haver uma criança que adora e está focada, e outra que está completamente dispersa, demonstrando assim ainda com mais enfoque a individualidade de cada uma delas.

Seria ingénuo da nossa parte dizer que tudo correu imensamente bem pois, como foi referido na avaliação das atividades, nem todas correram como desejável, do ponto de vista do foco das crianças durante as mesmas, mas sabemos que isso é também uma das consequências de trabalhar com crianças, a sua imprevisibilidade.

Lembramos que no início deste projeto existiu alguma ansiedade na possível dificuldade em arranjar atividades para realizar com crianças tão pequenas, sendo este um aspeto que se foi esbatendo com o decorrer do mesmo, acabando por ser possível perceber que existe um vasto número de atividades que são possíveis de fazer com a faixa etária em questão e que podem, de facto, ser enriquecedoras pois, apesar de não acontecer em todas, existem atividades que as crianças de facto de vão lembrar para além do momento e isso é a maior recompensa quando se aplica um projeto.

Por último, um dos aspetos mais positivos deste projeto é, sem dúvida, o facto de sabermos que, de alguma forma, irá ter continuidade mesmo após a nossa saída, uma vez que decidimos abordar o tema já previamente escolhido como tema anual do Ninho dos Pequenitos,

afigurando-se assim uma mais-valia e uma certeza em que enveredamos pela escolha cerca ao escolher abordar o mesmo tema que a entidade tinha selecionado.

## **Capítulo 5. Outras Atividades desenvolvidas na Casa**

Durante a realização do estágio curricular, foi-nos dada a oportunidade de acompanhar todo o funcionamento e dinâmica da Casa, participando em diversas atividades, quer lúdicas, quer de gestão. Nesse sentido, este capítulo servirá como exposição das atividades em que participámos durante o período de realização do estágio, mais propriamente, entre os meses de outubro de 2022 a maio de 2023.

### **5.1. Atividades/eventos lúdicas/os**

Tratando-se de uma Casa onde vivem quinze crianças, é essencial que se organizem atividades e eventos que estimulem e entusiasmem a criança durante o seu acolhimento. O Ninho dos Pequenitos esforça-se para proporcionar dias diferenciados às suas crianças, sempre que possível e se justifica. Assim sendo, seguem-se as principais atividades/eventos lúdicos a que tivemos a oportunidade de assistir e/ou participar, durante o nosso estágio curricular.

#### **5.1.1. Atividades de expressão plástica**

As atividades de expressão plástica são muito importantes para o desenvolvimento das crianças, sendo que desenvolvem aspetos como a criatividade, a coordenação motora fina, aprendizagem sensorial, etc. Deste modo, é importante recorrer a este tipo de atividades para criar espaço para que a criança possa desenvolver a sua criatividade e habilidades, tanto motoras, como sensoriais. Neste contexto, são realizadas várias atividades de expressão plástica com as crianças, que por norma são da responsabilidade da Educadora Social. As atividades ocorrem sempre que se achar pertinente, como em alturas comemorativas, quer seja em épocas festivas, como a Páscoa, o Natal ou o Halloween, ou em para dias específicos, como o Dia da Mãe, ou o Dia do Pai. As imagens das atividades de expressão plástica que realizei com as crianças, fora do contexto do meu Projeto específico, encontram-se no Anexo XV.

#### **5.1.2. Cartas ao Pai Natal**

Pelo Natal, tendo em conta a afluência de empresas, instituições e individuais a querer fazer donativos ao Ninho dos Pequenitos, é frequentemente pedido para que se envie uma lista de necessidades e/ou listas de presentes para cada menino. Neste sentido, foram realizadas com as crianças cartas para o Pai Natal, onde cada criança pode escolher uma prenda para pedir ao mesmo. No caso dos mais pequenos ou os que por alguma razão não foram capazes de o fazer, as funcionárias do Ninho pensaram em conjunto qual a melhor sugestão para a criança em questão.

### **5.1.3. Festa de Natal**

No dia 21.12.2023 realizou-se no Ninho dos Pequenitos a Festa de Natal, em parceria com a Camaleão Associação Cultural. O dia contou com uma pequena peça de teatro protagonizada pela Educadora Social do Ninho, a Dr<sup>a</sup> Ana Luísa, juntamente com uma colega, também ela profissional das Ciências da Educação. As duas protagonizaram um momento de boa disposição e divertimento tanto para os meninos, como para os funcionários e convidados ali presentes. No final da peça, o esperado Pai Natal apareceu, e distribuiu uma prenda por cada uma das crianças, prendas essas que, para aqueles que tinham idade suficiente para o fazer, foram escolhidas previamente através da Carta ao Pai Natal já referida. Mais tarde, realizou-se um almoço de Natal com as crianças, encomendando-se comida do *Mc'Donalds* para todos, proporcionando assim às crianças uma refeição e um dia diferente.

### **5.1.4. Festas de aniversário**

Sendo uma Casa de Acolhimento com quinze crianças, os aniversários são recorrentes. Quando estes acontecem, tenta-se sempre que o dia seja especial para a criança. Então, em dias de aniversário, ao lanche, todos os meninos e funcionárias presentes cantam os Parabéns, com um bolo, que partilham por todos no final. A criança recebe ainda uma prenda previamente escolhida.

### **5.1.5. Passeios ao exterior com as crianças**

De quando em tempo, existem grupos de voluntários, na sua maioria estudantes (pelo menos aquando da realização do nosso estágio curricular), que se disponibilizam para, em conjunto com a Educadora Social, ir ao exterior com algumas das crianças, de modo a estas poderem passar algum tempo fora da Casa e ir, por exemplo, ao Parque brincar, saindo assim um pouco da rotina diária inerente a uma casa de acolhimento.

## **5.2. Intervenção técnica**

Porque a vida de uma Casa de Acolhimento não passa apenas por atividades e eventos lúdicos, existem inúmeras atividades de intervenção técnica que precisam de ser realizadas para o bom funcionamento da mesma. Essas atividades são realizadas sobretudo pela Equipa Técnica, dando assim oportunidade às estagiárias de estarem bastante envolvidas nestes processos, dependendo o seu envolvimento do elemento da equipa técnica pelo qual são orientadas na Casa.

### **5.2.1. Admissão e acolhimento**

Ao receber um pedido de admissão de uma criança, é necessário não só a existência de vaga, caso contrário terá de ficar em lista de espera, mas a análise da decisão sobre o pedido. Assim sendo, é necessário analisar relatórios e dados clínicos, as possibilidades de a Casa acolher a criança, tudo isto em articulação com os serviços que realizaram o pedido, para decidir se a criança pode dar entrada, ou não. Participámos em alguns destes processos.

Ao verificar que é possível receber a criança, passa-se então ao agendamento da data de admissão da criança com a entidade solicitadora. A partir deste momento é necessário tratar da abertura do processo da criança, definição do gestor de caso, organização do seu espaço e prenda de boas-vindas. É também essencial reunir informação sobre características e hábito da criança de modo que a sua adaptação à Casa seja o mais tranquila possível, nunca esquecendo que se trata de um momento de dor para algumas das crianças. Neste momento recolhe-se ainda os dados da criança, como os contactos associados à mesma e, no caso do Ninho, existe o especial cuidado em registar em impressos próprios os bens que a criança traz consigo à entrada, bem como os que vão adquirindo durante o seu acolhimento na Casa.

Chegado o dia do acolhimento, procura-se que a criança se sinta o melhor possível. Dependendo da idade/maturidade da mesma, é-lhe explicado que, por enquanto, ali será a sua nova casa. A criança é ainda apresentada às restantes crianças presentes na Casa, sendo um momento que pode ajudar à estabilização emocional da criança ao conhecer os seus pares.

### **5.2.2. Avaliações diagnósticas**

Após a entrada de cada criança na CAR, é necessário realizar a avaliação diagnóstica da mesma. Participámos em algumas destas avaliações. Esta tem um prazo de um mês e meio após o acolhimento da criança, e passa por: avaliar o comportamento, desenvolvimento e adaptação à Casa; elaborar o genograma da criança; e elaborar também o Relatório de Avaliação Diagnóstica. Na avaliação diagnóstica contam ainda: registo de comportamentos e atitudes da criança durante o acolhimento; a avaliação feita com recurso à *Schedule of Growing Skills*, que é realizada o mais célere possível após a entrada da criança; o diagnóstico clínico da criança passado pelo/a pediatra/a; um questionário de caracterização social, realizado pela assistente social; um questionário de caracterização da criança na ótica dos seus familiares; no caso da criança já estar inserida em creche/infantário, consta também um questionário dado à antiga educadora para recolha de informação; uma análise de entrevistas da crianças e dos familiares,

realizada pela psicóloga; uma grelha de observação da qualidade das visitas da criança; e, por último, uma síntese (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017).

### **5.2.3. Plano sócio educativo individual**

É através do PSEI que a intervenção se irá definir para cada criança. Este plano é elaborado individualmente para cada criança, abrangendo os aspetos da criança que necessitam de um maior acompanhamento. São elaborados vários projetos, que podem passar por aspetos como a saúde, acompanhamento à família, acompanhamento à adoção, projetos de educação, promoção de competências, entre outros, sempre dependendo de criança para criança. São assim planificados os objetivos e estratégias para a aplicação dos projetos, bem como o responsável pela aplicação do mesmo.

Todos estes projetos têm uma calendarização, e serão reavaliados ao fim desse tempo. Se no momento da reavaliação for possível verificar que o projeto já não se verifica pertinente, este pode ser fechado ou, verificando-se o contrário, dar continuidade ao mesmo, fazendo os ajustes necessários.

Como parte do nosso estágio, participámos na elaboração de alguns destes projetos.

### **5.2.4. Relatórios de acompanhamento**

Os Relatórios de Acompanhamento são remetidos pela Equipa Técnica do Ninho dos Pequenitos à CPCJ, Tribunal ou EMAT, com um carácter informativo sobre o processo de cada criança, contendo informações específicas sobre o percurso da criança e, em alguns casos, da sua família, durante o acolhimento. Este relatório apresenta assim a visão da Casa de Acolhimento sobre a situação da mesma, podendo inclusive constarem propostas sobre a alteração da sua situação, no que diz respeito, por exemplo, ao seu regime de visitas ou Projeto de Vida (SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, 2017). Também colaborámos na elaboração de alguns destes relatórios.

### **5.2.5. Avaliações de desenvolvimento das crianças**

Quando se trabalha com crianças em tão tenra idade, é importante perceber se estas estão a ter um desenvolvimento o mais adequado possível à sua faixa etária. Nesse sentido, a Psicóloga e a Educadora Social do Ninho dos Pequenitos utilizam a Escala de Avaliação de Competências no Desenvolvimento Infantil, mais conhecida por *Schedule of Growing Skills II*. Esta é uma escala de avaliação que engloba crianças entre os zero e os sessenta meses (ou seja, até aos cinco anos de idade), sendo que a primeira avaliação pode ser feita a partir do primeiro mês do bebé.

A *Growing Skills* avalia aspetos como: capacidades posturais passivas; capacidades posturais ativas; capacidades locomotoras; capacidades manipulativas; capacidades visuais; audição e linguagem; fala e linguagem; capacidades de interação social; e, por último, capacidades sociais e autonomia. Esta avaliação é feita em quatorze momentos até a criança completar os cinco anos de idade, sendo eles: zero meses, um mês, três meses, seis meses, oito meses, dez meses, doze meses, quinze meses, dezoito meses, vinte e quatro meses, trinta meses, trinta e seis meses, quarenta e oito meses e sessenta meses.

Esta avaliação é realizada uma primeira vez aquando da entrada da criança na Casa, e posteriormente é realizada sempre que a criança avança para a próxima faixa etária a ser avaliada na escala.

No que diz respeito à pertinência da sua utilização, esta é uma mais-valia, uma vez que permite ter uma visão mais clara e detalhada dos aspetos em que a criança está mais, ou menos desenvolvida, podendo assim trabalhar com a mesma de acordo com as suas necessidades.

No âmbito das nossas atividades, participámos na aplicação desta escala de avaliação.

#### **5.2.6. Reuniões com as equipas da EMAT**

De modo a poder perceber a realidade de cada criança e a poder criar um Projeto de Vida que melhor se adegue a cada uma, é importante que haja uma interligação entre as Equipas Técnicas das CAR e as Equipas da EMAT. Nesse sentido, é indispensável a realização de reuniões entre as equipas, para podermos não só perceber o ponto em que afigura a vida daquela criança, como debater o que deve ser feito a partir daí. No final de cada reunião, há que fazer ainda o registo da mesma, para que se possa rever, sempre que necessário, os principais assuntos abordados e respetivas conclusões. Como parte do nosso estágio participámos em algumas destas reuniões.

#### **5.2.7. Consultas**

Eventualmente, numa casa com um vasto número de crianças, existem consultas que precisam de ser seguidas, quer seja apenas de rotina, ou de especialidades. Por norma, estas consultas são acompanhadas ou pela educadora social, ou por funcionárias da equipa educativa. Durante a realização do nosso estágio, fizemos o acompanhamento em algumas destas consultas.



### **5.2.8. Reuniões nas creches/infantários**

Estando as crianças à tutela das CAR, estas são responsáveis pela sua integração nas creches e infantários. Assim, o Encarregado de Educação de cada criança é um dos membros da equipa técnica, sendo esta representada, no caso, pela Educadora Social, a Dr<sup>a</sup> Ana Luísa Dinis. Neste sentido, sempre que é necessário, a Encarregada de Educação reúne com as respetivas educadoras de infância de cada criança, de modo a ter um *feedback* de como está a correr a sua adaptação à creche/jardim de infância ou, ainda, dar informação às educadoras sobre a criança que possa ser importante na gestão da dinâmica escolar. Estas reuniões são igualmente registadas no processo da criança, de modo a poder acompanhar a evolução de cada uma. Também participámos nestas reuniões.

### **5.2.9. Relatórios de adoção**

Cada criança que se encontra para adoção necessita de relatórios atualizados sobre si, de modo a poder prestar informação atualizada à Equipa de Adoção da Segurança Social, para que esta possa selecionar a/s pessoa/s que melhor se enquadre/m às necessidades da criança. Neste relatório constam aspetos como o desenvolvimento da criança, as suas capacidades, aspetos da sua personalidade que já sejam notórios e questões de saúde. O relatório é sempre acompanhado por fotografias atualizadas da criança. Colaborámos na elaboração de alguns destes relatórios.

### **5.2.10. Livros de Vida**

O Ninho dos Pequenitos prepara, para cada bebé que se encontra para adoção, o chamado “Livro de Vida”. Trata-se de um registo, sobretudo fotográfico, dos momentos mais marcantes da vida da criança até ao momento da adoção, construindo assim uma lembrança para uma possível futura família. Estes livros são também construídos para crianças que, por alguma razão, não tenham maturidade/capacidades suficiente/s para participar do PPCA. Participámos igualmente na elaboração destes livros.

### **5.2.11. Plano de Preparação da Criança para a Adoção**

O PPCA é o programa usado no Ninho dos Pequenitos para processos de adoção que incluem crianças com idade e maturidade suficiente para participar do seu próprio Projeto de Vida. Este programa é constituído por dez etapas, divididas em quatro focos de atuação e é aplicado a crianças a quem foi aplicada medida de confiança em instituição com vista a futura adoção.

Com este programa pretende-se preparar o menor para a integração numa nova família, permitindo à criança fazer o luto do seu passado, mas sempre tendo conhecimento do mesmo, da mesma forma que conhece também o seu presente e, tudo correndo bem, o que se espera para o seu futuro.

Este programa foi algo que, infelizmente, já não tivemos a oportunidade de participar na sua implementação, uma vez que durante o nosso estágio apenas se encontravam para adoção crianças ou muito pequenas, ou sem maturidade suficiente para participar deste plano. No entanto, este plano começou a ser implementado com uma criança aquando do término no nosso estágio.

### **5.2.12. Reuniões relativas ao processo de adoção/aproximação**

Sempre que o projeto de vida de uma criança passe pela medida de confiança em instituição com vista a futura adoção, é necessário iniciar uma articulação com a equipa de adoção da Segurança Social, de modo a partilhar informações sobre a criança e sobre os possíveis candidatos à adoção. Já após a seleção dos candidatos à adoção, é não só importante a continuidade sobre a partilha de informação de ambas as partes, como a realização de reuniões conjuntas, tanto com a equipa de adoção como os futuros pais da criança, no sentido de partilhar informação, expectativas e como irá decorrer todo o processo de aproximação.

Já durante o processo de aproximação da criança com os pais, é fundamental manter estas reuniões entre os três lados (CAT, Segurança Social e pais) de modo a poder ter um *feedback* mais detalhado de como, à visão dos pais, está a correr a aproximação, bem como dar espaço para a partilha de dúvidas ou pensamentos que tenham em relação a todo o processo de aproximação, que se afigura um momento intenso na vida dos futuros pais.

Acompanhámos algumas destas reuniões.

### **5.2.13. Conferências/debates judiciais**

Por vezes, elementos da Equipa Técnica são chamados a prestar depoimentos em tribunal no âmbito da medida de proteção aplicada a cada criança. As técnicas podem ter de ir a conferências, assemelhando-se mais a um diálogo entre os vários intervenientes envolvidos no processo, inclusivamente a família, para dar a perceber a precessão de cada uma das partes sobre por que caminho deve passar o Projeto de Vida da criança em questão.

Já os debates judiciais têm um carácter mais formal, sendo provavelmente o momento em que se vai tomar a decisão final acerca do Projeto de Vida para a criança. Estes debates e

conferências, consoante a pertinência e conclusões retiradas, são posteriormente registados no processo das crianças, de modo a poder ter um apontamento físico do que foi abordado.

Como estagiárias do Ninho, assistimos a alguns destes debates e conferências.

### **5.3. Reflexão**

A realização e participação nas atividades e eventos realizados durante o estágio, sobretudo no que diz respeito às atividades de intervenção técnica, foi um ponto certo naquilo que esperaríamos deste estágio. Foi-nos possível participar numa quantidade de tarefas e momentos altamente significativos, que se constituíram como uma verdadeira aprendizagem do que é e deve ser, de facto, o trabalho que um educador social num contexto de acolhimento residencial.

Relativamente à nossa prestação nestas mesmas atividades e eventos, foi um espaço onde sentimos que fazíamos parte e podíamos, de facto, ser úteis, sempre com a orientação certa da equipa técnica, que nos explicava como fazer, mas também nos mostrava o que não fazer.

### **Considerações Finais**

Para terminar este relatório, gostaríamos de explicitar as razões que nos levaram não só a ingressar num mestrado em Educação Social, como o porquê de escolher o Ninho dos Pequenitos como a Casa que nos iria acolher e ensinar o máximo que pudéssemos aprender para ingressar com confiança no ramo profissional da Educação Social.

Todo o nosso percurso académico foi pensado e direcionado para a vertente do acolhimento residencial, sendo esse o foco principal de interesse desde o início. Assim sendo, considerou-se que o mestrado em Educação Social seria aquele que melhor serviria este propósito. Na mesma linha, o Ninho dos Pequenitos afigurou-se logo como a primeira escolha, tendo em conta tratar-se de um espaço que serviria todos os requisitos, tanto ao nível do público-alvo, como no profissionalismo da Educadora Social, que viria a ser nosso orientadora local no já mencionado estágio, e a qual tinha tal como nós formação académica em Ciências da Educação.

Fazendo uma autorreflexão mais aprofundada de todo este percurso, sem dúvida que realizar um estágio curricular numa área como a Educação Social no Ninho dos Pequenitos foi a oportunidade ideal para explorar as nossas capacidades, mas também perceber as fragilidades a trabalhar. No que diz respeito às capacidades, foi possível perceber que, tratando-se de assuntos nos quais temos interesse, a aprendizagem tornou-se mais rápida e eficiente, criando sempre espaço para melhoramentos e novos pontos de vista. Já no que se refere às fragilidades, houve uma nova perceção da dificuldade que pode ser, por vezes, o ajuste às dinâmicas da Casa e às rotinas das crianças, quando se trata do planeamento e execução de atividades extra rotina.

No que se refere ao desafio, esse respeitar das rotinas e dinâmicas da Casa foi, sem dúvida, o maior desafio na aplicação do Projeto. Conciliar as atividades com os dias em que o maior número de crianças se encontrava na Casa, tendo em conta idas às creches/jardins de infância, consultas e visitas, e mesmo assim não interferir com rotinas próprias da Casa e necessárias, foi o ponto chave do nosso Projeto, acabando por, de alguma forma, condicionar o número de atividades/sessões possíveis.

Dito isto, é essencial que, futuros estagiários planeiem bem as atividades, procurem conhecer as rotinas das crianças e estabelecer os momentos em que a intervenção é oportuna e eficaz, levando a que as crianças tirem o maior proveito daquele momento que lhes está a ser dado.

## Referências Bibliográficas

Conselho Pedagógico (2012). *Normas reguladoras de procedimentos de estágios curriculares*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. [https://www.uc.pt/regulamentos/ga/fpceuc/documentos\\_vigentes/normas\\_reguladoras\\_procedimentos\\_estagios\\_curriculares\\_fpceuc.pdf](https://www.uc.pt/regulamentos/ga/fpceuc/documentos_vigentes/normas_reguladoras_procedimentos_estagios_curriculares_fpceuc.pdf)

Delgado, P. (2009). O acolhimento familiar numa perspectiva ecológico-social. *Revista Lusófona de Educação*, 14, 157–168.

Departamento de Desenvolvimento Social. (2019). *Guia de procedimentos para a articulação na preparação da criança para a adoção*. Instituto da Segurança Social, I.P.

Dias, M. (2019). *Ajudar a ser: Contributos para a Intervenção Socioeducativa com Jovens em Acolhimento Residencial*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral, Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/86387>

Ferreira, S. (2021). *Perspetivas e ações no processo de adoção (inter)nacional: a importância de ter em consideração as vivências de diferentes atores* [aula presencial]. Unidade Curricular de “Intervenção Socioeducativa: Modelos e Contextos” do Mestrado de Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2023). *Pordata – Estatísticas sobre Portugal e Europa*. Retirado em abril, 2023, de <https://www.pordata.pt/>

Gaspar, J. P. (2020). *O acolhimento residencial* [aula com convidado]. Mestrado em Administração Educacional, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. 6 de novembro de 2020.

Gaspar, M. (2022). *As características das famílias do séc: alguns fatores de risco para o conflito parental no divórcio* [aula presencial]. Unidade Curricular de “Mediação Educativa, Social e Comunitária”, do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2019). *Guia prático – Adoção*. Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2022). CASA - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Retirado de [https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA\\_2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30](https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA_2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30)

Lei nº147/99 da Assembleia da República. (1999). Diário da República: I Série A, nº204/99. <https://files.dre.pt/1s/1999/09/204a00/61156132.pdf>

Lei nº166/99 da Assembleia da República. (1999). Diário da República: I Série A, nº215/99. <https://files.dre.pt/1s/1999/09/215a00/63206351.pdf>

Lei nº31/2003 da Assembleia da República. (2003). Diário da República: I Série A, nº193/2003. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2003/08/193a00/53135329.pdf>

Lima, A. (2016). *Reconfiguração do modelo de proteção à criança, promovido pela Lei 142/2015, de 8 de setembro*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/13832>

Marques, D., Esteves, S. & Fuertes, M. (2021). Qualidade da vinculação e desenvolvimento de crianças em acolhimento residencial. In M. Fuertes, C. Nunes, J. Rosa, A. Almeida, & S., Esteves (Eds.) *Teoria, práticas e investigação em intervenção precoce II* (pp. 101-123) Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa. <https://doi.org/10.34629/ipl.eselx.cap.livros.118>

Organização das Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Retirado de [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_sobre\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_sobre_direitos_da_crianca.pdf)

Paiva, R. M. (2019). *A devolução de crianças adotadas ou em processo de adoção* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/44579>

Pedrosa, A. R. (2018). *Experiências adversas na infância - Consequências psicopatológicas e importância de uma boa orientação* [Tese de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/114011/2/277452.pdf>

Pereira, D., Caixeiro, C., & Virgolino J. (2023). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Departamento de Formação do Sindicato dos Funcionários Judiciais.

Pereira, J., Barbosa-Ducharne, M., & Dias, P. (2020). Psychological adjustment and language development of young children in residential care. *Análise Psicológica*, 38(1), 75-86. <https://doi.org/10.14417/ap.1731>

Pinheiro, M. (2021). *Compreensão dos fatores de risco e de proteção que dão origem à intervenção baseada na promoção de competências pessoais e sociais* [aula presencial]. Unidade Curricular de “Intervenção Socioeducativa com Crianças, Jovens e Famílias”. Do 1º ciclo de Ciências da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Pinho, J. (2010). *Ninho dos Pequenitos: Oito décadas a fazer sorrir as crianças da nossa terra*. SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos.

Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos. (2020). *Desafios da Direção Técnica no Acolhimento* [Seminário online]. Encontro com Diretores Técnicos de Casas de Acolhimento, Coimbra.

Rebelo, M. (2018). *Principais características de uma situação de educação* [aula presencial]. Unidade Curricular de “Introdução às Ciências da Educação” do 1º ciclo de Ciências da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Segurado, A. (2013). *A Multiculturalidade na educação pré-escolar. Estratégias de integração*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. Repositório da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/6888>

Silva, A. (2021). *Promoção de Competências Socioemocionais em Acolhimento Residencial: A Importância de uma Relação Reparadora*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/99356>

Silveira, M. (2009). *Percepções sobre o Acolhimento Residencial de Fratrias: Experiências de profissionais, crianças e jovens*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/5333>

SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos. (2017). Projeto Educativo.

SORRISO – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos. (2023). <https://www.sorriso-ninhodospequenitos.com/>

Sousa, M., & Cruz, O. (2018). How do children deal with socio-moral conflicts? Self-conscious emotions and conflict resolution in the narratives of institutionalized and noninstitutionalized children. *European Review of Applied Psychology*, 68(3), 107–115. <https://doi.org/10.1016/j.erap.2018.04.005>



Anexos

Anexo I

**VEADO DE CAUDA BRANCA**



**ESQUILO TERRESTRE**



**URSO NEGRO**



**AMÉRICA  
DO  
NORTE**

**VEADO DE CAUDA BRANCA**



**ESQUILO TERRESTRE**



**URSO NEGRO**

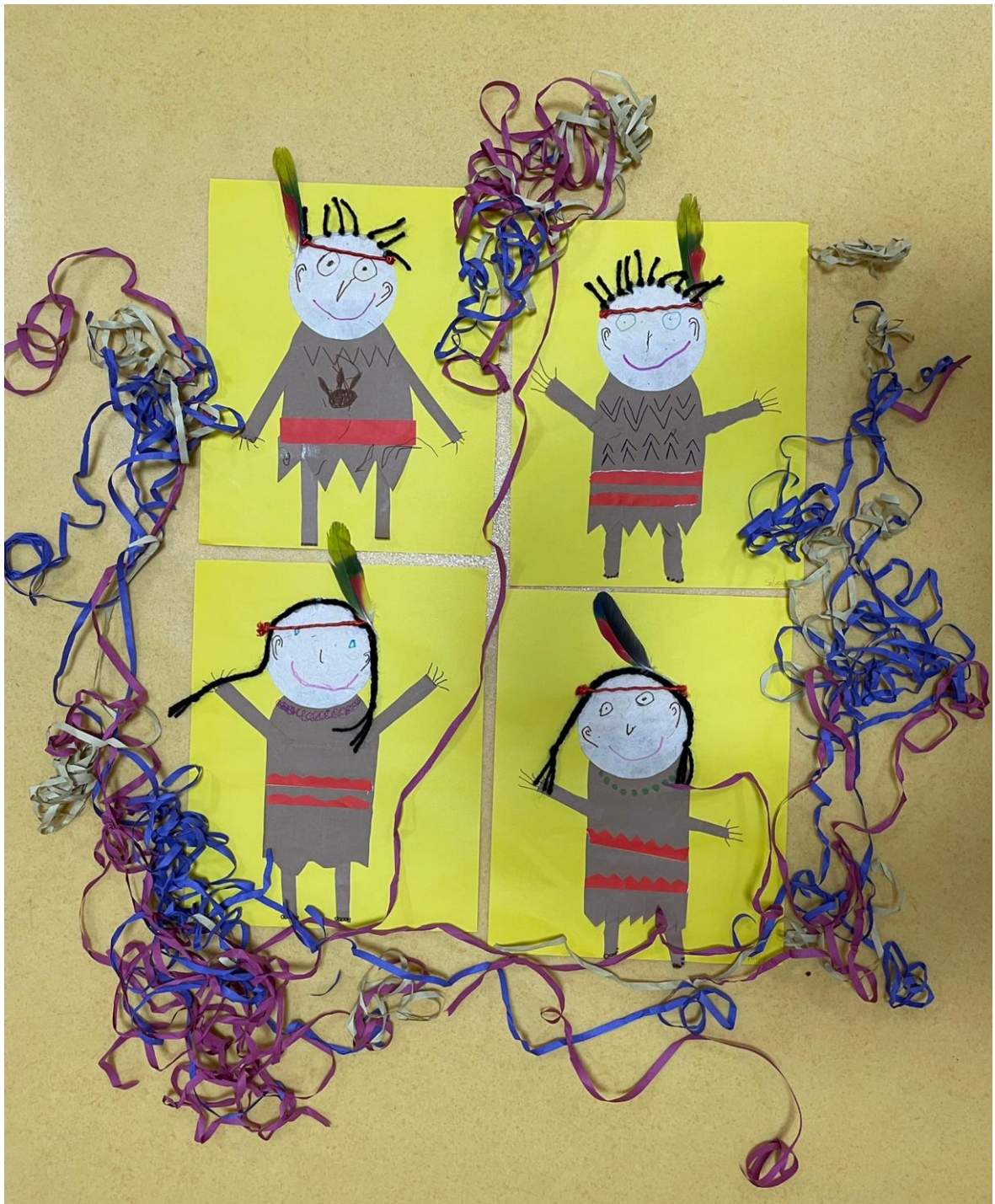


Anexo II





Anexo III



Anexo IV

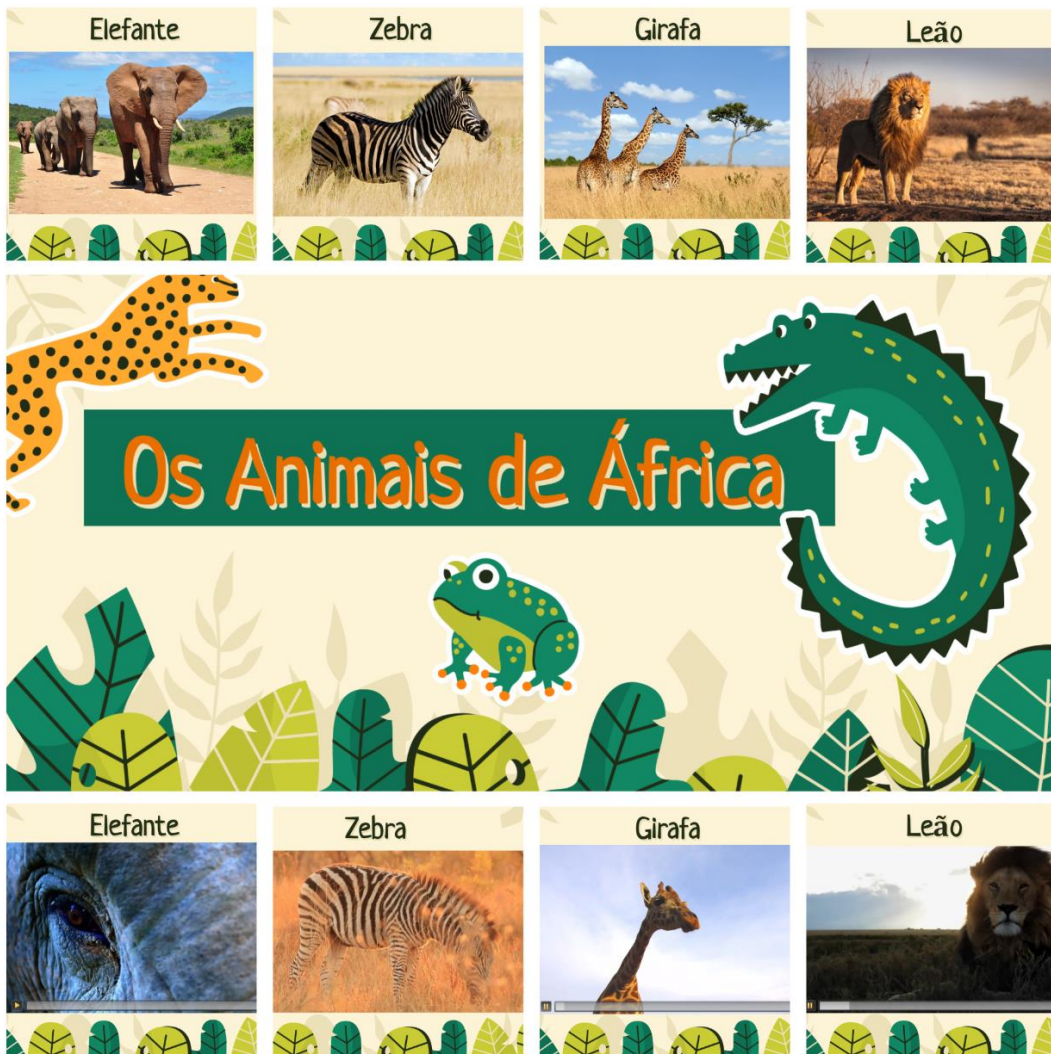


Anexo V



Anexo VIAnexo VII

Anexo VIII



Anexo IX



Anexo X







Anexo XI

 <p><b>Os Animais No Continente Asiático</b></p>	<p><b>Pato Mandarin</b></p> 	
<p><b>Macaco Narigudo</b></p> 	<p><b>Panda Vermelho</b></p> 	<p><b>Tigre de Sumatra</b></p> 
<p><b>Macaco Narigudo</b></p> 	<p><b>Panda Vermelho</b></p> 	<p><b>Tigre de Sumatra</b></p> 

Anexo XII



Anexo XIII



Anexo XIV



Anexo XVAtividades do “Dia das Bruxas”

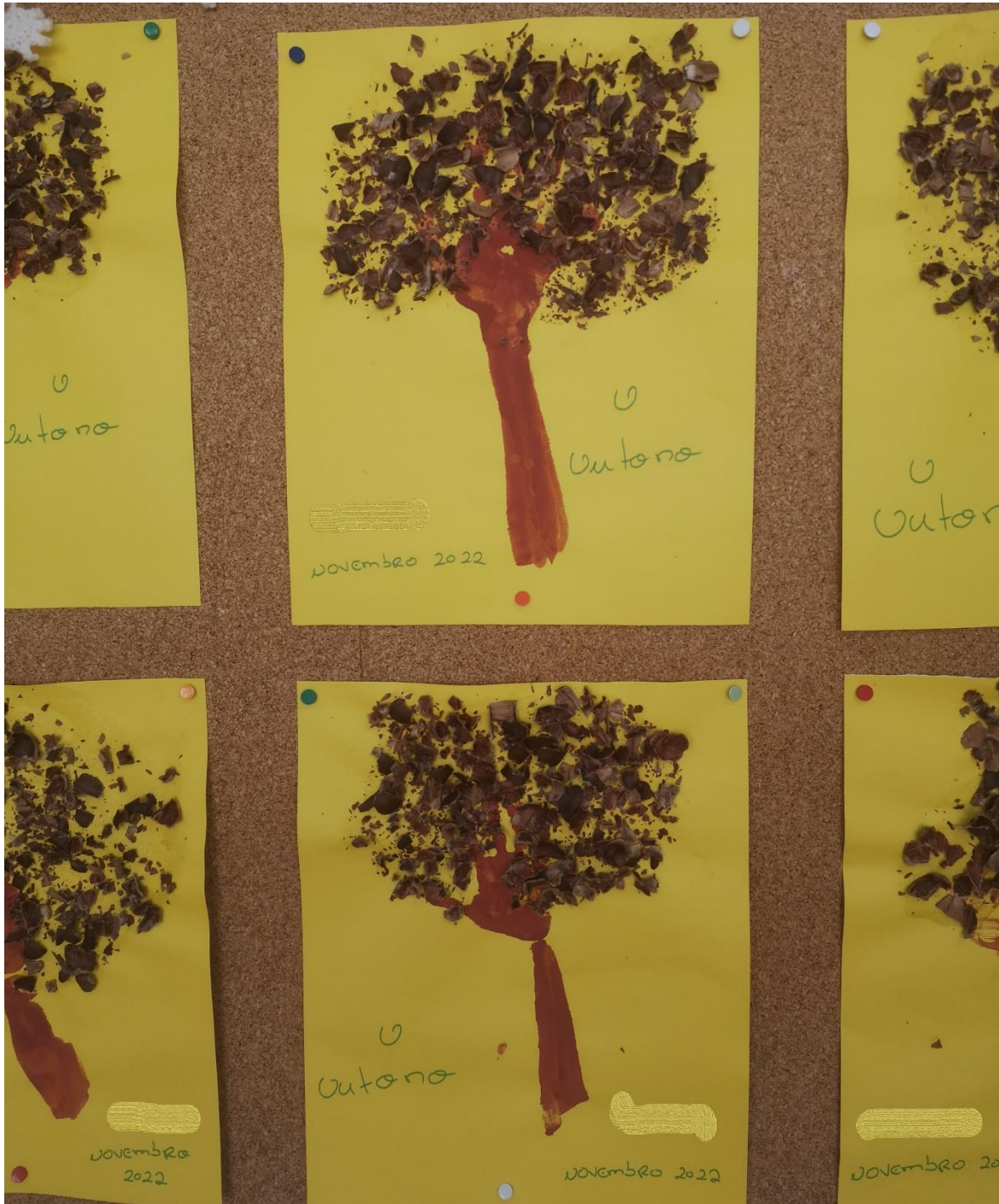








Atividade de Outono

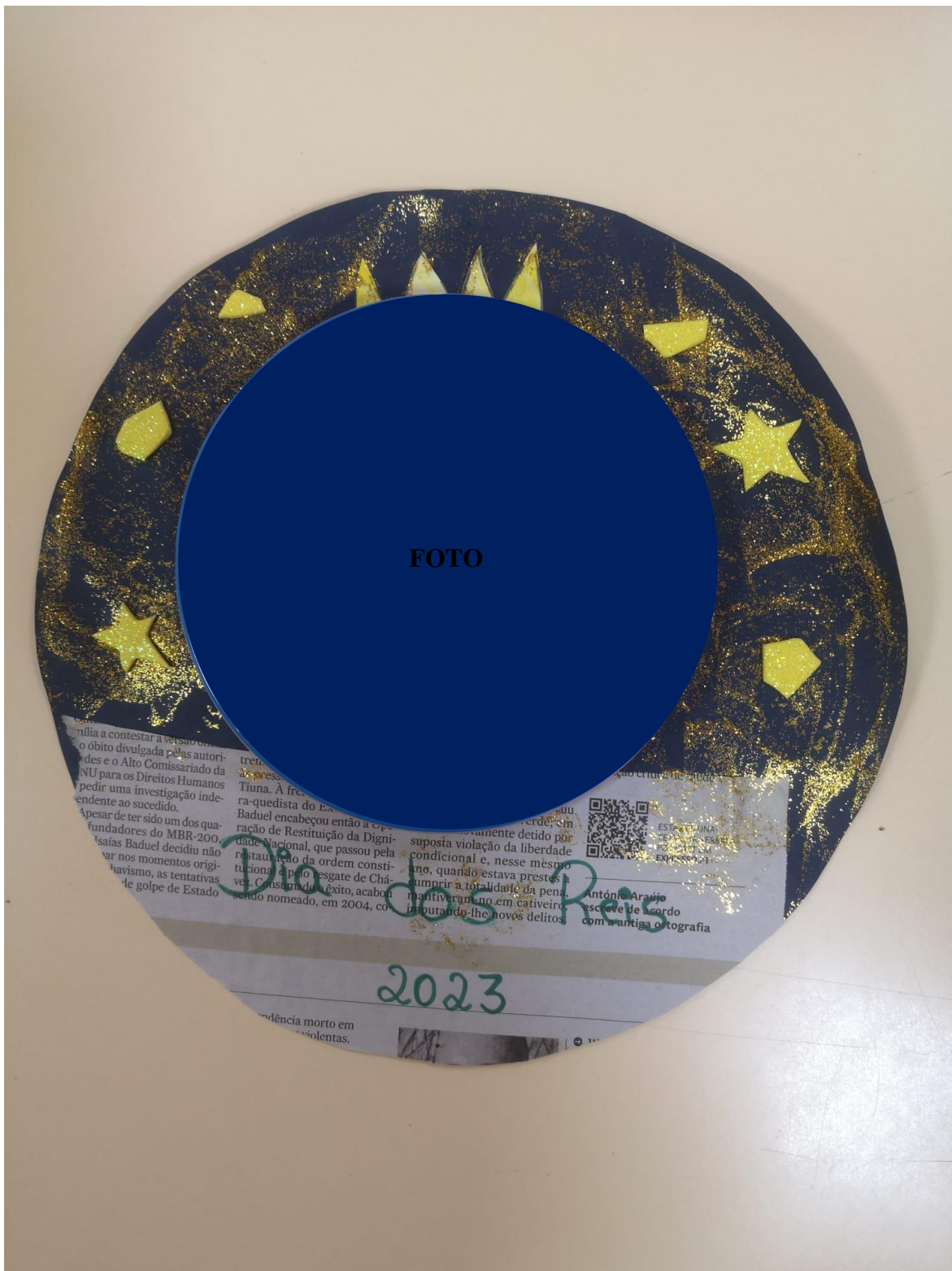


Atividade de Inverno

Atividades de Natal

Atividade do “Dia dos Reis”





FOTO

2010-2015 Reis

2023

...ndência morto em ... violentas.

...ção de Restituição da Dignidade Nacional, que passou pela restauração da ordem constitucional e pelo resgate de Chávez. Consumado o êxito, acabou sendo nomeado, em 2004, co...



ESTADO UNIDO DE AMÉRICA

EXPERIMENTAL

Antônio Araújo escreve de acordo com a antiga fotografia

Atividades da Páscoa







